

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	18
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2017	Dividendo	31/05/2017	Ordinária		0,09680
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2017	Dividendo	31/05/2017	Preferencial		0,09680
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2017	Ordinária		0,07559
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2017	Preferencial		0,07559
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	12/05/2017	Ordinária		0,16906
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	12/05/2017	Preferencial		0,16906

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	8.285.984	8.287.662
1.01	Ativo Circulante	2.099.082	1.791.786
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	69.150	100.299
1.01.01.01	Caixa e Bancos	435	442
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	68.715	99.857
1.01.03	Contas a Receber	162.517	164.516
1.01.03.01	Clientes	162.517	164.516
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.420	51.339
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.420	51.339
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	56.420	51.339
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.810.995	1.475.632
1.01.08.03	Outros	1.810.995	1.475.632
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	595.014	206.597
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro de Concessão	1.130.981	1.208.860
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a Receber	38.897	21.931
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	41.047	34.547
1.01.08.03.06	Outros Ativos	5.056	3.697
1.02	Ativo Não Circulante	6.186.902	6.495.876
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.736.418	4.051.319
1.02.01.03	Contas a Receber	12.885	13.219
1.02.01.03.01	Clientes	12.885	13.219
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.723.533	4.038.100
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.979	3.774
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	3.684.155	3.999.355
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	18.241	20.070
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	17.158	14.901
1.02.02	Investimentos	2.404.821	2.397.872
1.02.02.01	Participações Societárias	2.404.821	2.397.872
1.02.03	Imobilizado	20.048	21.519
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.048	21.519
1.02.04	Intangível	25.615	25.166
1.02.04.01	Intangíveis	25.615	25.166

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	8.285.984	8.287.662
2.01	Passivo Circulante	1.184.302	1.053.274
2.01.02	Fornecedores	12.075	28.399
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.075	28.399
2.01.03	Obrigações Fiscais	81.344	20.769
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	998.348	906.909
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.661	6.686
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.628	6.625
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33	61
2.01.04.02	Debêntures	991.687	900.223
2.01.05	Outras Obrigações	92.535	97.197
2.01.05.02	Outros	92.535	97.197
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	4
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	67.933	62.827
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	24.597	34.366
2.02	Passivo Não Circulante	2.873.569	2.926.800
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.400.810	2.368.854
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	353.741	351.814
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	31.462	34.763
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	322.279	317.051
2.02.01.02	Debêntures	2.047.069	2.017.040
2.02.02	Outras Obrigações	137.579	154.558
2.02.02.02	Outros	137.579	154.558
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	100.787	109.083
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	36.792	45.475
2.02.03	Tributos Diferidos	327.215	395.149
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	327.215	395.149
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.697	144.135
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	233.518	251.014
2.02.04	Provisões	7.965	8.239
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.965	8.239
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	746	737
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.667	1.858
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.552	5.644
2.03	Patrimônio Líquido	4.228.113	4.307.588
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	496.328	671.046
2.03.04.01	Reserva Legal	296.985	296.985
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	199.343	199.343
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	174.718
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.243	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	143.245	439.473	302.704	672.506
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.399	-46.774	-16.848	-29.853
3.02.01	Pessoal	-9.929	-19.866	-8.213	-17.342
3.02.02	Material	-3.710	-12.982	-1.449	-429
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.487	-10.224	-5.643	-9.367
3.02.04	Depreciação e Amortização	-172	-365	-171	-342
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.101	-3.337	-1.372	-2.373
3.03	Resultado Bruto	121.846	392.699	285.856	642.653
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.546	41.753	31.357	109.365
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.914	-55.371	-34.390	-59.593
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-16.743	-36.087	-21.621	-40.118
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-6.549	-10.159	-4.317	-6.768
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-637	-1.259	-469	-1.443
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-4.985	-7.866	-7.983	-11.264
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.368	97.124	65.747	168.958
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	115.300	434.452	317.213	752.018
3.06	Resultado Financeiro	-54.956	-127.669	-100.786	-237.369
3.06.01	Receitas Financeiras	16.514	29.957	12.531	22.057
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.470	-157.626	-113.317	-259.426
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.344	306.783	216.427	514.649
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.690	-33.382	-9.220	-53.757
3.08.01	Corrente	-46.756	-83.820	-3.393	-99.111
3.08.02	Diferido	58.446	50.438	-5.827	45.354
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.034	273.401	207.207	460.892
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.034	273.401	207.207	460.892
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.01.02	PN	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595
3.99.02.02	PN	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	72.034	273.401	207.207	460.892
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.034	273.401	207.207	460.892

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	773.907	755.683
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	105.059	89.136
6.01.01.01	Resultado do Período	273.401	460.892
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-97.124	-168.958
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.624	1.785
6.01.01.04	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Ajuste a Valor Justo Sobre Empréstimos e Financ.	11.323	-79.702
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	134.518	216.485
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	33.382	53.757
6.01.01.07	(Reversões) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	-213	4.185
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-17.496	-3.562
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-280.931	-304.895
6.01.01.10	Correção Monetária do Ativo Financeiro	36.318	-212.146
6.01.01.11	Receita de Contrução	-4.862	707
6.01.01.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.142	122.149
6.01.01.13	Provisão (Reversão) para Parcela Variável	6.977	-1.561
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	668.848	666.547
6.01.02.01	(Aumento) no saldo de Clientes	-4.644	-7.682
6.01.02.02	Redução no Saldo do Ativo Financeiro	642.554	606.380
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-9.881	-26.983
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-18.445	-17.258
6.01.02.07	(Aumento) no Saldo de Outros Ativos	-8.287	-4.492
6.01.02.08	(Redução) no Saldo de Fornecedores	-16.324	-17.715
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	5.106	5.107
6.01.02.10	(Redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-18.126	-14.059
6.01.02.11	Dividendos Recebidos das Controladas	43.582	77.416
6.01.02.12	Dividendos e JCP Recebidos das Controladas em Conjunto e Coligadas	53.313	65.833
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-412.910	-17.761
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-388.622	-16.784
6.02.04	Adições/Baixas no Imobilizado e Intangível	-602	24
6.02.06	Aumento de Capital e AFAC nas Controladas	-23.686	-1.001
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-392.146	-614.764
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-3.293	-232.306
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-6.128	-7.645
6.03.05	Pagamento de Debêntures - Juros	-13.025	-29.474
6.03.06	Pagamentos de Dividendos e JCP	-352.875	-544.212
6.03.12	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-16.825	-20.733
6.03.13	Recebimento na Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos - Principal	0	219.606
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.149	123.158
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.299	76.687
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.150	199.845

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-174.718	-178.158	0	-352.876
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.117	0	-78.117
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-174.718	0	0	-174.718
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-100.041	0	-100.041
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	273.401	0	273.401
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	273.401	0	273.401
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	496.328	95.243	0	4.228.113

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-322.659	-221.553	0	-544.212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-128.394	0	-128.394
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-322.659	0	0	-322.659
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-93.159	0	-93.159
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	460.892	0	460.892
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	460.892	0	460.892
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	417.864	239.339	0	4.293.745

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	500.422	741.443
7.01.02	Outras Receitas	500.422	741.443
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.864	-29.306
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.365	-16.564
7.02.04	Outros	-9.499	-12.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	457.558	712.137
7.04	Retenções	-1.624	-1.785
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.624	-1.785
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	455.934	710.352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.081	191.015
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	97.124	168.958
7.06.02	Receitas Financeiras	29.957	22.057
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	583.015	901.367
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	583.015	901.367
7.08.01	Pessoal	47.461	48.580
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.301	31.889
7.08.01.02	Benefícios	14.444	13.245
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.716	3.446
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	104.527	132.469
7.08.02.01	Federais	103.672	132.034
7.08.02.02	Estaduais	499	163
7.08.02.03	Municipais	356	272
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	157.626	259.426
7.08.03.01	Juros	145.841	136.783
7.08.03.03	Outras	11.785	122.643
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.142	122.149
7.08.03.03.02	Outras	3.643	494
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	273.401	460.892
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.117	128.394
7.08.04.02	Dividendos	100.041	93.159
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.243	239.339

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	8.404.834	8.410.617
1.01	Ativo Circulante	2.275.463	1.954.878
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.519	101.505
1.01.01.01	Caixa e Bancos	494	495
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	84.025	101.010
1.01.03	Contas a Receber	174.975	173.058
1.01.03.01	Clientes	174.975	173.058
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.325	64.302
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	66.325	64.302
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	66.325	64.302
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.949.644	1.616.013
1.01.08.03	Outros	1.949.644	1.616.013
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	639.827	261.640
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro de Concessão	1.218.477	1.294.066
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a Receber	36.762	19.796
1.01.08.03.05	Outras Contas a Receber	49.413	36.680
1.01.08.03.06	Outros Ativos	5.165	3.831
1.02	Ativo Não Circulante	6.129.371	6.455.739
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.367.995	4.679.127
1.02.01.03	Contas a Receber	13.703	14.032
1.02.01.03.01	Clientes	13.703	14.032
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.354.292	4.665.095
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.979	3.774
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	4.310.995	4.623.264
1.02.01.09.05	Impostos e Contribuições Sociais Diferidos	81	0
1.02.01.09.06	Outras Contas a Receber	18.202	20.198
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	21.009	17.859
1.02.01.09.08	Impostos e Contribuições Sociais	26	0
1.02.02	Investimentos	1.715.713	1.729.927
1.02.02.01	Participações Societárias	1.715.713	1.729.927
1.02.03	Imobilizado	20.048	21.519
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.048	21.519
1.02.04	Intangível	25.615	25.166
1.02.04.01	Intangíveis	25.615	25.166

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	8.404.834	8.410.617
2.01	Passivo Circulante	1.200.182	1.074.367
2.01.02	Fornecedores	13.648	36.991
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.648	36.991
2.01.03	Obrigações Fiscais	86.932	25.299
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000.808	909.370
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.121	9.147
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.088	9.086
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33	61
2.01.04.02	Debêntures	991.687	900.223
2.01.05	Outras Obrigações	98.794	102.707
2.01.05.02	Outros	98.794	102.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	4
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	72.516	67.068
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	26.273	35.635
2.02	Passivo Não Circulante	2.976.539	3.028.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.411.819	2.381.087
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	364.750	364.047
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	42.471	46.996
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	322.279	317.051
2.02.01.02	Debêntures	2.047.069	2.017.040
2.02.02	Outras Obrigações	143.745	161.167
2.02.02.02	Outros	143.745	161.167
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	106.953	115.692
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	36.792	45.475
2.02.03	Tributos Diferidos	410.452	476.795
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	410.452	476.795
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.228	168.629
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	290.224	308.166
2.02.04	Provisões	10.523	9.613
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.523	9.613
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	746	737
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.719	1.920
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.058	6.956
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.228.113	4.307.588
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	496.328	671.046
2.03.04.01	Reserva Legal	296.985	296.985
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	199.343	199.343
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	174.718
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.243	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	169.271	501.591	323.357	728.330
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.695	-63.676	-21.353	-35.921
3.02.01	Pessoal	-10.485	-20.956	-8.996	-18.637
3.02.02	Material	-6.732	-27.479	-4.695	-4.256
3.02.03	Serviços de Terceiros	-6.053	-11.224	-6.018	-10.236
3.02.04	Depreciação e Amortização	-172	-365	-171	-342
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.253	-3.652	-1.473	-2.450
3.03	Resultado Bruto	143.576	437.915	302.004	692.409
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.992	-1.231	17.847	68.902
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.734	-57.296	-34.533	-60.169
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-17.191	-37.177	-21.628	-40.110
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-6.822	-10.674	-4.399	-7.082
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-637	-1.259	-469	-1.443
3.04.02.04	Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Liquidas	-5.084	-8.186	-8.037	-11.534
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.742	56.065	52.380	129.071
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	117.584	436.684	319.851	761.311
3.06	Resultado Financeiro	-53.062	-123.958	-99.867	-233.654
3.06.01	Receitas Financeiras	18.595	34.088	13.655	26.089
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.657	-158.046	-113.522	-259.743
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.522	312.726	219.984	527.657
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.512	-39.325	-12.777	-66.765
3.08.01	Corrente	-49.531	-87.808	-4.383	-101.244
3.08.02	Diferido	57.043	48.483	-8.394	34.479
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.034	273.401	207.207	460.892
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	72.034	273.401	207.207	460.892
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	72.034	273.401	207.207	460.892
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.01.01	ON	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595
3.99.01.02	PN	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595
3.99.02.02	PN	0,06970	0,26454	0,20049	0,44595

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	72.034	273.401	207.207	460.892
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	72.034	273.401	207.207	460.892
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	72.034	273.401	207.207	460.892

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	755.555	716.547
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	101.242	95.992
6.01.01.01	Resultado do Período	273.401	460.892
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.065	-129.071
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.624	1.785
6.01.01.04	Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	971	4.235
6.01.01.05	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Ajuste a Valor Justo Sobre Empréstimos e Financ.	11.499	-79.496
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias Sobre Debêntures	134.518	216.485
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	39.325	66.765
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-17.942	-2.451
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-304.925	-327.824
6.01.01.10	Correção Monetária do Ativo Financeiro	25.881	-242.326
6.01.01.11	Receita de Construção	-18.974	-2.874
6.01.01.12	Provisão Para Parcela Variável	3.769	7.723
6.01.01.13	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.142	122.149
6.01.01.14	Custo de Construção	18	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	654.313	620.555
6.01.02.01	(Aumento) no Saldo de Clientes	-5.357	-7.345
6.01.02.02	Redução no Saldo do Ativo Financeiro	685.876	639.204
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	-7.329	-23.731
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-20.895	-17.676
6.01.02.07	(Aumento) no Saldo de Outros Ativos	-15.219	-5.693
6.01.02.08	(Redução) no Saldo de Fornecedores	-23.361	-19.647
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	5.448	5.323
6.01.02.10	(Redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-18.163	-15.713
6.01.02.11	Dividendos e JCP Recebidos das Controladas em Conjunto e Coligadas	53.313	65.833
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-378.994	-24.018
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-378.392	-24.042
6.02.03	Adições/Baixas no Imobilizado e Intangível	-602	24
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-393.547	-616.196
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-4.516	-233.530
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-6.306	-7.853
6.03.05	Pagamento de Debêntures - Juros	-13.025	-29.474
6.03.06	Pagamento de Dividendos e JCP	-352.875	-544.212
6.03.11	Recebimento na Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos - Principal	0	219.606
6.03.12	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-16.825	-20.733
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.986	76.333
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.505	132.441
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.519	208.774

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588	0	4.307.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588	0	4.307.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-174.718	-178.158	0	-352.876	0	-352.876
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.117	0	-78.117	0	-78.117
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-174.718	0	0	-174.718	0	-174.718
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-100.041	0	-100.041	0	-100.041
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	273.401	0	273.401	0	273.401
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	273.401	0	273.401	0	273.401
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	496.328	95.243	0	4.228.113	0	4.228.113

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065	0	4.377.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065	0	4.377.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-322.659	-221.553	0	-544.212	0	-544.212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-128.394	0	-128.394	0	-128.394
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-322.659	0	0	-322.659	0	-322.659
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-93.159	0	-93.159	0	-93.159
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	460.892	0	460.892	0	460.892
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	460.892	0	460.892	0	460.892
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	417.864	239.339	0	4.293.745	0	4.293.745

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	570.163	805.628
7.01.02	Outras Receitas	570.163	805.628
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.394	-34.593
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.377	-21.574
7.02.04	Outros	-10.017	-13.019
7.03	Valor Adicionado Bruto	510.769	771.035
7.04	Retenções	-1.624	-1.785
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.624	-1.785
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	509.145	769.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.153	155.160
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.065	129.071
7.06.02	Receitas Financeiras	34.088	26.089
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	599.298	924.410
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	599.298	924.410
7.08.01	Pessoal	49.316	49.620
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.320	32.638
7.08.01.02	Benefícios	15.195	13.471
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.801	3.511
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	118.535	154.155
7.08.02.01	Federais	117.564	153.653
7.08.02.02	Estaduais	605	229
7.08.02.03	Municipais	366	273
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	158.046	259.743
7.08.03.01	Juros	146.017	136.989
7.08.03.03	Outras	12.029	122.754
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	8.142	122.149
7.08.03.03.02	Outros	3.887	605
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	273.401	460.892
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.117	128.394
7.08.04.02	Dividendos	100.041	93.159
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.243	239.339

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 30 de junho de 2017 e eventos subsequentes

- ✓ Assinatura dos contratos de concessão do Leilão ANEEL nº 13/2015 (2ª etapa) - No dia 10 de fevereiro de 2017 foram assinados os contratos de concessão 17/2017 (Janaúba), 04/2017 (Aimorés), 03/2017 (Paraguaçu) e 19/2017 (ESTE), com prazo de vigência de 30 anos.
- ✓ Eleição de Diretor Presidente e de Diretor de Desenvolvimento de Negócios - No dia 7 de abril de 2017, foi eleito o Sr. Marco Antônio Resende Faria, Diretor Técnico, para acumular, interinamente, os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Desenvolvimento de Negócios.
- ✓ Leilão Aneel nº 005/2016 - O Consórcio Columbia (Taesa - 50% e CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - 50%), conquistou o principal lote do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado pela ANEEL no dia 24 de abril de 2017. O lote 1, localizado no estado do Paraná, que é composto por linhas de transmissão com extensão de 600km e por subestações. O consórcio apresentou oferta de R\$267,3 milhões, representando um deságio de 33,24% em relação à Receita Anual Permitida (RAP).
- ✓ Ratificação da destinação do resultado da Taesa de 2016 - Em 28 de abril de 2017, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2016.
- ✓ Pagamento de dividendos - Em 12 de maio de 2017 a Companhia pagou dividendos adicionais, referente ao exercício de 2016, o montante de R\$174.718 (0,16906 por ação ON e PN).
- ✓ Pagamento de dividendos intercalares e JCP - Em 31 de maio de 2017 a companhia pagou dividendos intercalares e JCP, referente ao exercício de 2017, o montante de R\$100.041 (0,09680 por ação ON e PN) e R\$78.117 (0,07559 por ação ON e PN), respectivamente.
- ✓ Alienação de Ações de Emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa) de propriedade do FIP Coliseu e do FIA Taurus à ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. - Em junho de 2017, foi concluído o processo de alienação de ações de emissão da Taesa de propriedade do Fundo de Investimentos em Participações Coliseu e Fundo de Investimentos em Ações Taurus para a ISA. As ações foram transferidas em sua totalidade para a ISA.
- ✓ Eleição do novo diretor jurídico e regulatório - A RCA realizada no dia 22 de junho de 2017, destituiu o Sr. Luciano de Araujo Ferraz do cargo de Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia, com efeitos em 1º de julho de 2017, e o Sr. Raul Lycurgo Leite foi eleito para ocupar o referido cargo, igualmente com efeitos em 1º de julho de 2017.
- ✓ Interrupção do prazo de análise do pedido de registro de oferta pública - Em continuação ao fato relevante divulgado pela Companhia em 30 de maio de 2017, em 12 de julho de 2017, foi aprovada, perante a ANBIMA, a interrupção, por até 60 (sessenta) dias úteis, do prazo de análise do pedido de registro da oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, da Companhia ("Oferta"), em virtude das condições atuais do mercado de capitais nacional.

Comentário do Desempenho

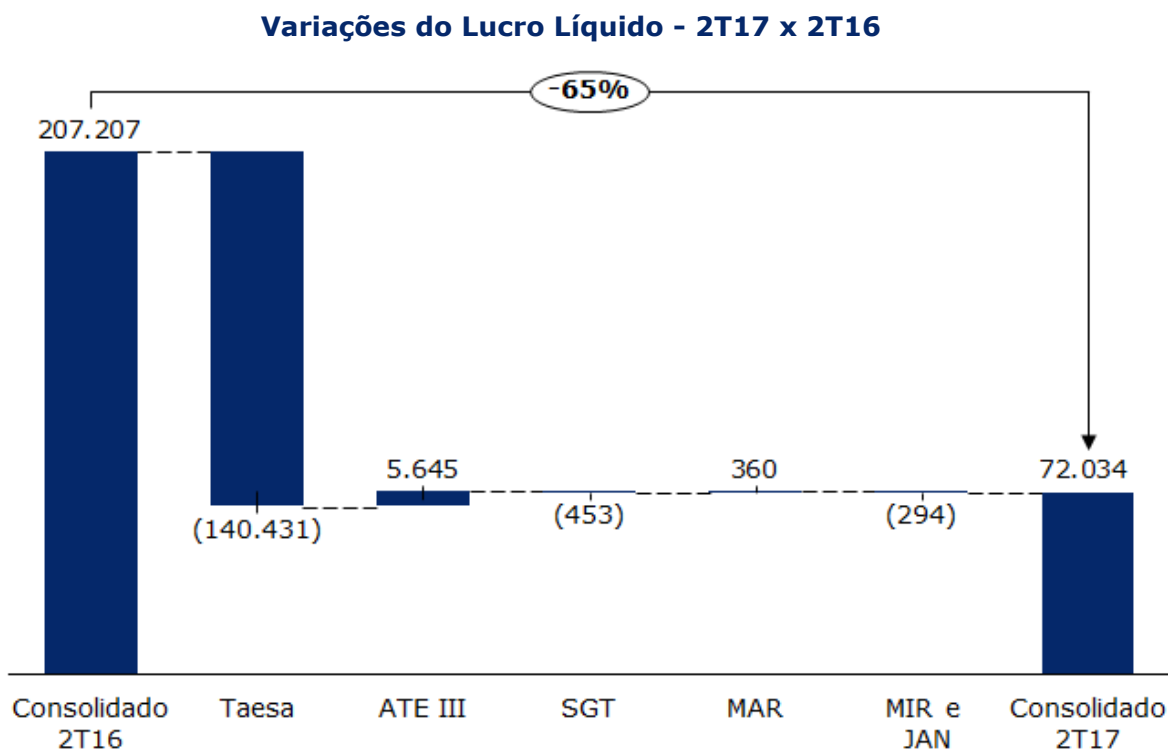
- ✓ Recomposição do comitê de auditoria – No dia 12 de julho de 2017, o Conselho de Administração deliberou a recomposição do Comitê de Auditoria da Companhia.
- ✓ Reestruturação societária Transmineiras – No dia 13 de julho de 2017, foi celebrado entre Cemig e Taesa o instrumento relativo aos termos da reestruturação societária que envolve a transferência para a Taesa das participações acionárias no capital social das seguintes concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica: Transleste, Transudeste e Transirapé (todas, em conjunto, denominadas "Transmineiras").
- ✓ Recomposição do Conselho Fiscal – A AGE realizada no dia 26 de julho de 2017, deliberou a recomposição do Conselho Fiscal da Companhia.
- ✓ Reestruturação societária Transmineiras – A AGE da Companhia realizada no dia 02 de agosto de 2017, ratificou a celebração dos instrumentos necessários a efetivação da transferência, para a Taesa, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG, nas Transmineiras.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 2º TRIMESTRE DE 2017

1. Resultado do Período

A Taesa alcançou um resultado consolidado de R\$72.034 no 2T17, com uma redução de 65% em relação ao resultado do 2T16.



1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita bruta e pelas deduções da receita bruta.

	2T17	2T16	Var.	Var. %
ROL	169.271	323.357	(154.086)	-47,7%

1.1.1 Receita operacional bruta (ROB)

A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo financeiro de concessão, receita de operação e manutenção (O&M), receita de construção e indenização, e por outras receitas.

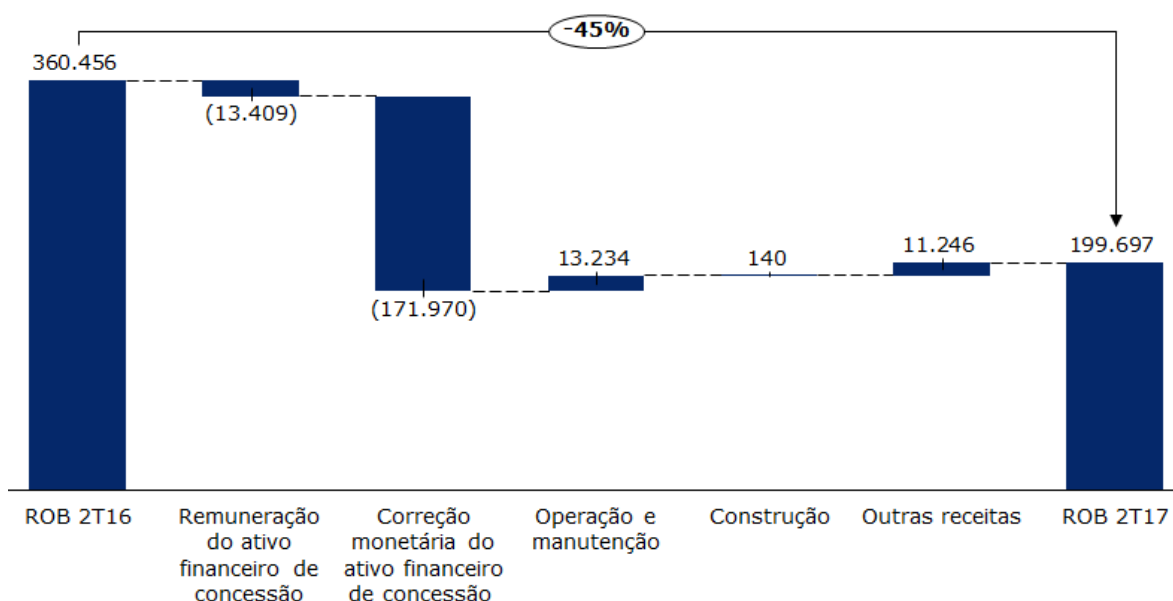
	2T17	2T16	Var.	Var. %
Remuneração do ativo financeiro de concessão	150.084	163.493	(13.409)	-8,2%
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	(87.521)	84.449	(171.970)	-203,6%
Operação e manutenção	137.468	124.234	13.234	10,7%
Receita de Construção	3.554	3.414	140	4,1%
Parcela variável	(6.396)	(17.416)	11.020	-63,3%
Outras receitas	2.508	2.282	226	9,9%
Total	199.697	360.456	(160.759)	-44,6%

Comentário do Desempenho

Definições:

- Remuneração do ativo financeiro de concessão – auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento que é definida no início de cada concessão. Nesse grupo são tratadas as remunerações sobre a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão.
- Correção monetária do ativo financeiro de concessão – reconhecida mensalmente com base nos índices IGP-M ou IPCA do mês anterior ao mês de competência. Tal estimativa contábil é resultante de uma maior experiência com relação ao reajuste anual tendo como base as resoluções homologatórias da ANEEL.
- Operação e Manutenção - valor que remunera a Companhia pelo custo de operação e manutenção das linhas de transmissão. É ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), seguindo os mesmos critérios de atualização da Receita Anual Permitida (RAP).
- Receita de Construção - é o valor investido na construção de um ativo acrescido de margem de construção sobre este investimento.
- Parcela variável – descontos de receita por indisponibilidade.
- Outras receitas - receitas oriundas dos contratos de back-office, compartilhamento de instalações (CCI), recebimento das cotas que são repassadas ao CDE e PROINFA.

Variação da ROB - 2T17 x 2T16



As variações referem-se basicamente a:

- Remuneração do ativo financeiro de Concessão – às amortizações do ativo financeiro de concessão nos últimos 12 meses pelos recebimentos referentes ao ciclo 2016-2017.
- Correção Monetária do Ativo Financeiro de Concessão - reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro de concessão foi menor no 2T17 que no 2T16, devido às quedas do IGP-M (-2,00% no 2T17 X 1,66% no 2T16) e IPCA (0,70% no 2T17 X 1,83% no 2T16).

Comentário do Desempenho

- Operação e manutenção - reajuste anual pela inflação (IGP-M: 11,1% e IPCA: 9,3%), conforme Resolução Homologatória nº 2.098 de 28 de junho de 2016, que estabeleceu as receitas anuais permitidas (RAP), reajustadas para o Ciclo 2016/2017, no período de 1º de julho de 2016 e 30 de junho de 2017.
- Receita de Construção - investimento nos projetos das linhas de transmissão e subestações das concessões Mariana, Miracema e Janaúba, e reforços nas concessões Patesa e Novatrans durante o 2T17.
- Parcela Variável - diminuição de provisões para PV no 2T17 em relação ao 2T16.
- Outras receitas - reajuste dos contratos de "back-office" das controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e diminuição no recebimento das cotas que são repassadas ao CDE e PROINFA no 2T17.

1.1.2 Deduções sobre a ROB

As deduções sobre a ROB são compostas de PIS, COFINS e quotas para RGR, P&D, TFSEE e PROINFA.

	2T17	2T16	Var.	Var.%
PIS e COFINS Correntes	(23.141)	(21.419)	(1.722)	8,0%
PIS e COFINS Diferidos	13.218	3.208	10.010	312,0%
ISS	(45)	(36)	(9)	25,0%
Encargos setoriais				
- RGR	(13.233)	(11.516)	(1.717)	14,9%
- P&D	(4.342)	(3.917)	(425)	10,9%
- TFSEE	(1.747)	(1.817)	70	-3,9%
- CDE e PROINFA	(1.136)	(1.602)	466	-29,1%
	(20.458)	(18.852)	(1.606)	8,5%
	(30.426)	(37.099)	6.673	-18,0%

Definições:

- PIS e COFINS Correntes - contribuições calculadas sobre as receitas da Companhia, antes da aplicação da interpretação técnica ICPC01 (R1).
- PIS e COFINS Diferidos - contribuições calculadas sobre os efeitos da interpretação técnica ICPC01 (R1) sobre as receitas da Companhia.
- ISS - imposto calculado com base na receita com prestação de serviços de back-office e Compartilhamento de instalações (CCI).
- Encargos Setoriais - definidos pela ANEEL e previstos em lei, calculados com base na receita regulatória, destinados a constituição de Reserva global de reversão dos serviços públicos de energia elétrica (RGR), Taxa de fiscalização (TFSEE), Conta de desenvolvimento energético (CDE) e Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (PROINFA), e valores destinados a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), calculados com base na receita operacional líquida regulatória.

Comentário do Desempenho

As variações referem-se a:

- PIS e COFINS Correntes – reajuste anual da receita pela inflação (IGP-M: 11,1% e IPCA: 9,3%), conforme Resolução Homologatória nº 2.098 de 28 de junho de 2016.
- PIS e COFINS Diferidos – queda da ROB devido à correção monetária do ativo financeiro de concessão.
- ISS – prestação de serviço de back-office para a controlada Miracema a partir do 4T16 e reajuste dos demais contratos de prestação de serviço em 2017.
- Encargos Setoriais – aumento das taxas de RGR conforme estabelecido pela ANEEL, aumento de P&D devido atualização da receita regulatória e diminuição das cotas que são repassadas ao CDE e PROINFA no 2T17.

1.1.3 Custos e despesas operacionais

	2T17	2T16	Var.	Var.%
Pessoal	(27.676)	(30.624)	2.948	-9,6%
Material				
- Construção e reforços	(2.942)	(3.279)	337	-10,3%
- Melhorias	(3.329)	(988)	(2.341)	236,9%
- Outros materiais	(461)	(428)	(33)	7,7%
	(6.732)	(4.695)	(2.037)	43,4%
Serviços de Terceiros	(12.875)	(10.417)	(2.458)	23,6%
Outros	(7.337)	(9.510)	2.173	-22,8%
Subtotal	(54.620)	(55.246)	626	-1,1%
Depreciação e Amortização	(809)	(640)	(169)	26,4%
Custos e despesas	(55.429)	(55.886)	457	-0,8%

As variações referem-se à:

- Pessoal - desligamentos no quadro de funcionários, não recomposição de um diretor até o 2T17 e capitalização de custos de pessoal em projetos.
- Construção e reforços - investimento na construção das concessões Mariana, Miracema e Janaúba e nos reforços nas concessões Patesa e Novatrans.
- Melhorias – investimento em melhorias nas concessões Novatrans, TSN, Munirah, Gtesa, Patesa, ETEO, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III e SGT.
- Serviços de Terceiros - aumento dos custos e despesas operacionais referentes a limpeza de faixa de servidão das linhas de transmissão e consultorias no 2T17.
- Outros - redução dos custos e despesas no 2T17 referentes às provisões constituídas para (i) indenizações cíveis e trabalhistas, e (ii) doações e patrocínios em caráter cultural e artístico.

Comentário do Desempenho

1.1.4 Resultado de Equivalência Patrimonial

	2T17	2T16	Var.	Var. %
ETAU	(73)	2.073	(2.146)	-103,5%
BRASNORTE	1.257	1.552	(295)	-19,0%
AIMORÉS	(73)	-	(73)	100,0%
PARAGUAÇU	(148)	-	(148)	100,0%
Grupo TBE	2.779	48.755	(45.976)	-94,3%
Total	3.742	52.380	(48.638)	-92,9%

As variações referem-se às quedas dos índices IGP-M e IPCA no 2T17 em relação ao 2T16, que impactou no reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro de concessão das controladas em conjunto e coligadas.

1.1.5 Resultado Financeiro

	2T17	2T16	Var.	Var. %
Rendimentos de aplicação financeira	18.595	13.655	4.940	36,2%
Receitas financeiras	18.595	13.655	4.940	36,2%
Juros incorridos	(60.844)	(79.877)	19.033	-23,8%
Variações monetárias e cambiais	(9.959)	(34.572)	24.613	-71,2%
Ajuste ao valor justo	1.093	2.665	(1.572)	-58,9%
	(69.710)	(111.784)	42.074	-37,6%
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.947)	(1.738)	(209)	12,0%
Despesas financeiras	(71.657)	(113.522)	41.865	-36,9%
Resultado financeiro líquido	(53.062)	(99.867)	46.805	-46,9%

As variações referem-se a:

- Renda de aplicação financeira - maior volume de caixa em todos os meses de 2017 em comparação com 2016.
- Juros e Variações monetárias e cambiais - efeitos das amortizações (pagamentos) realizados no 4T16 que causou a redução nos juros sobre o saldo devedor das debêntures, e a redução do IPCA e CDI no período.
- Ajuste ao valor justo - Variação é em função da variação da marcação de mercado do empréstimo com o Citibank.
- Outras despesas financeiras - atualizações de créditos tributários e correção dos recursos destinados a P&D no 2T17.

1.1.6 Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	2T17	2T16	Var.	Var. %
IRPJ e CSLL correntes	(49.531)	(4.383)	(45.148)	1030,1%
IRPJ e CSLL diferidos	57.043	(8.394)	65.437	-779,6%
	7.512	(12.777)	20.289	-158,8%

A variação deve-se ao decréscimo do resultado antes dos impostos e à exclusão do pagamento de JCP da base de cálculo dos impostos e contribuições no 2T17.

Comentário do Desempenho

2. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde março de 2017 até 31 de dezembro de 2017, pelo montante de R\$1.314.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 30 de junho de 2017, nossos auditores independentes foram contratados para a prestação de serviços profissionais relacionados ao processo de emissão de cartas de conforto em conexão como o processo de emissão de debêntures pelo montante de R\$420.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 30 DE JUNHO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das informações trimestrais da Companhia:

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	30
2. BASE DE PREPARAÇÃO	32
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	34
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	35
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS, E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO.....	36
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES.....	39
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	39
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	41
10. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)...	41
11. PARTES RELACIONADAS	52
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	59
13. DEBÊNTURES.....	60
14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.....	62
15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	64
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	67
17. COBERTURA DE SEGUROS	70
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	71
19. RESULTADO POR AÇÃO.....	77
20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	78
21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS.....	79
22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	79
23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	81
24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS	81
25. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	82
26. EVENTOS SUBSEQUENTES	84

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil. Em 13 de junho de 2017, foi concluído o processo de alienação de ações de emissão da Taesa de propriedade do FIP Coliseu e do FIA Taurus para a ISA Investimentos e Participações do Brasil (vide nota explicativa nº 16).

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR e JAN.

Controladas em conjunto: ETAU, BRAS, Aimorés, Paraguaçu e ERB1.

Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, ESTE, Transleste, Transirapé e Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS, Aimorés, Paraguaçu e ERB1), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição ou constituição	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km (a) (Não auditado)	SE (b)
		Contrato de Concessão	Término				
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.139	8
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	06/06/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	146	3
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (c)	18/12/2013 11/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	85	2
	Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR") (d)	26/04/2016 17/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	Tocantins	90	3
	Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN") (e)	09/11/2016 17/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	Minas Gerais e Bahia	542	3
Controladas em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
	Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (e)	18/11/2016 04/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais	208	2
	Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (e)	18/11/2016 03/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais e Bahia	338	2
	Elétricas Reunidas do Brasil S.A. ("ERB1") (f)	A assinatura do contrato de concessão está prevista para o dia 11/08/2017.		50%	Paraná	600	5

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km (a) (Não auditado)	SE (b)	
		Término					
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	328	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (e)	11/11/2016 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	Minas Gerais e Espírito Santo	236	2
	Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	5,00%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	5,00%	Minas Gerais	61	2
				Total	9.873 (em operação)	70	

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As concessões em construção não foram consideradas no total em operação.
- (b) As subestações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas 1 vez e os ativos das concessões Mariana, Miracema, Paraguaçu, Aimorés, Janaúba, ESTE e ERB1 estão em construção e não foram contabilizados no total de subestações.
- (c) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é outubro de 2018.
- (d) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é dezembro de 2019.
- (e) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é fevereiro de 2022.
- (f) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é julho de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas, respectivamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

“International Accounting Standards Board - IASB”. A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 10. O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 07 de agosto de 2017.

2.2. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Desta forma, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, as principais políticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Desta forma, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

3.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016.

3.1.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2017

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (a).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture".
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (a).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (b).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a).
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (a).
- Modificações à IAS 40 - Transferências de propriedades de investimento (a).
- Modificações à IFRS 1 e IAS 28 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (a).
- IFRS 17 - Contrato de Seguros (b).
- IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2018.
- (b) 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas com data de adoção efetiva para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas informações trimestrais de 30 de junho de 2017. É esperado que das novas normas, a IFRS 15 e IFRS 9 não modifiquem de maneira significativa as demonstrações financeiras da Companhia quando da sua adoção.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	494	495	435	442
Aplicações financeiras	84.025	101.010	68.715	99.857
	84.519	101.505	69.150	100.299

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	30/06/2017		31/12/2016	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
CDB e Operações Compromissadas	102,27%	102,15%	102,22%	102,26%

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Investimento em cotas de fundos - "Pampulha" (a)	350.726	178.821	305.913	123.778
Investimento em cotas de fundos - "Safra" (b)	108.226	82.819	108.226	82.819
Investimento em cotas de fundos - "Uberaba" (c)	135.730	-	135.730	-
Investimento em cotas de fundos - "Alterosas" (d)	45.145	-	45.145	-
Outros	3.979	3.774	3.979	3.774
	643.806	265.414	598.993	210.371
Ativo circulante	639.827	261.640	595.014	206.597
Ativo não circulante	3.979	3.774	3.979	3.774

- (a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.
- (b) Fundo Safra Market Premium - fundo não exclusivo, sob sua própria administração e gestão, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.
- (c) Fundo Uberaba Renda Fixa - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Itaú Unibanco S.A, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.
- (d) Fundo BB Alterosas - fundo não exclusivo, sob administração e gestão da BB DTVM, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	30/06/2017	31/12/2016
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	103,73%	106,31% do CDI
Fundo Safra Market Premium	102,82%	102,37% do CDI
FIC Uberaba Renda Fixa	102,59%	-
Fundo BB Alterosas	88,19%	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taxa média de rentabilidade das aplicações financeiras e TVM	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Fundos, CDB e Compromissadas	102,57% do CDI	103,40% do CDI	102,48% do CDI	103,25% do CDI

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS, E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Contas a receber de concessionárias e permissonárias	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Concessionárias e Permissonárias	202.802	197.445	189.161	184.517
Parcela variável (a)	(14.124)	(10.355)	(13.759)	(6.782)
	188.678	187.090	175.402	177.735
Circulante	174.975	173.058	162.517	164.516
Não circulante (b)	13.703	14.032	12.885	13.219

(a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos na Companhia no exercício de 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(b) Clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pelo Grupo Taesa, na disponibilização de energia elétrica, e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2016	Adição	Reversão	30/06/2017
Consolidado	(10.355)	(5.697)	1.928	(14.124)
Controladora	(6.782)	(8.570)	1.593	(13.759)

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2017	31/12/2016
Consolidado	181.547	2.050	19.205	202.802	197.445
Controladora	169.235	1.930	17.996	189.161	184.517

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Mutações do ativo financeiro de concessão								
Concessão	TRAF (a)	31/12/2016	Adição (c)	Adiantamentos e (compensações) líquidos (b)	Remuneração	Correção monetária	Baixa	30/06/2017
TSN	11%	793.169	57	-	45.674	(4.832)	(145.618)	688.450
Munirah	12%	89.650	-	-	5.160	(645)	(11.074)	83.091
Gtesa	11%	29.084	-	-	1.491	(209)	(3.606)	26.760
Patesa	10%	117.341	3.720	-	5.786	(624)	(9.652)	116.571
ETEO	10%	361.057	-	-	17.785	(2.647)	(35.559)	340.636
NVT	14%	1.348.886	784	126	87.765	(9.517)	(201.292)	1.226.752
NTE	15%	411.428	27	-	27.993	(2.970)	(58.546)	377.932
STE	10%	319.306	127	108	15.514	(2.312)	(33.102)	299.641
ATE	10%	696.069	-	62	31.560	(5.031)	(60.355)	662.305
ATE II	8%	1.042.225	147	-	42.203	(7.531)	(84.046)	992.998
Total controladora		5.208.215	4.862	296	280.931	(36.318)	(642.850)	4.815.136
Circulante		1.208.860						1.130.981
Não circulante		3.999.355						3.684.155
MAR	6%	37.161	10.391	(4.318)	1.150	-	-	44.384
ATE III	7%	628.654	124	115	20.403	9.811	(41.877)	617.230

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Mutações do ativo financeiro de concessão								
Concessão	TRAF (a)	31/12/2016	Adição (c)	Adiantamentos e (compensações) líquidos (b)	Remuneração	Correção monetária	Baixa	30/06/2017
SGT	10%	37.782	-	-	1.790	626	(1.895)	38.303
Miracema	14%	5.518	1.111	4.653	564	-	-	11.846
JAN	13%	-	2.486	-	87	-	-	2.573
Total consolidado		5.917.330	18.974	746	304.925	(25.881)	(686.622)	5.529.472
Circulante		1.294.066						1.218.477
Não circulante		4.623.264						4.310.995

Mutações Ativo financeiro de concessão								
Concessão	TRAF (a)	31/12/2015	Adições e (reversões) líquidas	Adiantamentos (b)	Remuneração	Correção monetária	Baixa	30/06/2016
TSN	13%	932.931	(771)	-	53.378	24.288	(132.019)	877.807
Munirah	12%	94.093	-	-	5.527	3.944	(9.968)	93.596
Gtesa	11%	30.877	-	-	1.616	1.298	(3.246)	30.545
Patesa	11%	109.423	497	-	5.787	3.399	(8.430)	110.676
ETEO	11%	395.716	-	-	19.435	12.902	(59.175)	368.878
NVT	14%	1.450.963	(433)	-	96.955	60.280	(181.155)	1.426.610
NTE	15%	434.607	-	-	30.283	18.153	(52.568)	430.475
STE	10%	330.294	-	-	16.340	12.967	(29.860)	329.741
ATE	10%	702.254	-	-	32.361	29.968	(54.318)	710.265
ATE II	9%	1.049.676	-	-	43.213	44.947	(75.641)	1.062.195
Total controladora		5.530.834	(707)	-	304.895	212.146	(606.380)	5.440.788
Circulante		1.160.951						1.206.396
Não circulante		4.369.883						4.234.392
Mariana	6%	11.313	3.581	7.214	397	-	-	22.505
ATE III	7%	627.463	-	-	20.820	28.450	(38.305)	638.428
SGT	10%	35.573	-	-	1.712	1.730	(1.733)	37.282
Total consolidado		6.205.183	2.874	7.214	327.824	242.326	(646.418)	6.139.003
Circulante		1.239.720						1.290.820
Não circulante		4.965.463						4.848.183

(a) Média das taxas de remuneração do ativo financeiro de concessão.

(b) Adiantamentos a fornecedores realizados referentes aos custos ainda não incorridos na construção da subestação e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data. Ao incorrer dos custos, os adiantamentos são compensados.

(c) As principais adições em 30 de junho de 2017 estão relacionadas aos reforços, às subestações e às concessões em fase de construção:

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita estimada (RAP)	Custo de construção estimado	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
<u>PATESA</u> LT 230 kV Paraíso - Lagoa Nova II	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	R\$4.374	Energizado em abril de 2017	Portaria MME nº 14/2016. Ato Declaratório Executivo da RFB nº 03/2016
<u>PATESA</u> LT 230 kV Lagoa Nova II - Açu II	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	R\$4.166	Energizado em abril de 2017	Portaria MME nº 14/2016. Ato Declaratório Executivo da RFB nº 03/2016
<u>NVT</u> Samambaia	Melhoria do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	R\$5.724	Previsão de conclusão: 31 de outubro de 2017.	-
<u>MAR</u> LT Itabirito II Vespasiano II	Implantação de nova linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$10.990	R\$167.060	A licença prévia do empreendimento foi emitida pelo órgão ambiental estadual em mar/2017, com 26 meses de atraso. A	Portaria MME 182/2014. Ato Declaratório Executivo da

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita estimada (RAP)	Custo de construção estimado	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
					expectativa é que a licença de instalação seja emitida até out/2017 e a energização do empreendimento ocorra até out/2018.	RFB nº 394/2014.
MIR						
LT 500kv Miracema - Lajeado C2 LT 230kv Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão. Construção SE Palmas. Ampliação SE Lajeado.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$56.045	R\$282.905	Previsão para energização: dezembro de 2019	Portaria MME 134/2016. Ato Declaratório Executivo da RFB nº 899/2014.
JAN						
LT Pirapora 2 - Janaúba 3 e LT Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$174.624	R\$875.322	Previsão para energização: fevereiro de 2022	Portaria MME 164/2017. Aguardando o Ato Declaratório Executivo da RFB.

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

Principais características dos contratos de concessão - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Não houve mudanças nos contratos neste período.

Estrutura de formação da RAP - as concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Concessão	Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
	Resolução 2.258 de 27/06/2017			Resolução 2.098 de 28/06/2016			Resolução 1.918 de 23/06/2015		
	Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	427.856	(34.718)	393.138	494.919	(40.618)	454.301	449.086	(42.547)	406.539
Gtesa	9.361	(550)	8.811	9.216	(531)	8.685	8.238	(766)	7.472
Munirah	36.484	(2.146)	34.338	35.919	(2.629)	33.290	32.335	(3.108)	29.227
Patesa	25.009	(1.280)	23.729	23.933	(810)	23.123	18.931	(1.820)	17.111
ETEO	88.078	(7.457)	80.621	112.775	(12.394)	100.381	155.851	(14.980)	140.871
Novatrans	517.164	(30.415)	486.749	512.214	(37.356)	474.858	460.994	(43.786)	417.208
STE	81.598	(4.969)	76.629	80.334	(6.056)	74.278	72.452	(7.241)	65.211
NTE	153.424	(9.020)	144.404	151.048	(10.708)	140.340	135.672	(13.382)	122.290
ATE	149.037	(8.765)	140.272	146.729	(10.687)	136.042	132.046	(12.692)	119.354
ATE II	230.278	(13.496)	216.782	226.671	(16.542)	210.129	204.000	(19.619)	184.381
ATE III	116.302	(6.896)	109.406	112.228	(8.215)	104.013	102.660	(9.782)	92.878
SGT	5.204	(674)	4.530	5.023	25	5.048	4.595	217	4.812
	1.839.795	(120.386)	1.719.409	1.911.009	(146.521)	1.764.488	1.776.860	(169.506)	1.607.354

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica Fronteira	Demais instalações - DIT Exclusivo
Receita básica licitada - RBL	X	X	-
Receita de melhorias - RMEL	X	-	-
Receita de Novas Instalações Autorizadas - RBNI/RCDM	X	X	-
Receita dos ativos das demais concessões de transmissão licitadas - RPEC	-	-	X
PA-Apuração	Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior.		

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	42.169	32.414	30.958	20.265
PIS e COFINS a compensar	19.040	18.445	18.974	18.379
Impostos e contribuições retidos	4.535	12.835	4.345	12.375
Outros	607	608	2.143	320
Ativo	66.351	64.302	56.420	51.339
Circulante	66.325	64.302	56.420	51.339
Não circulante	26	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	66.016	4.422	63.594	3.192
PIS e COFINS	16.477	15.383	14.811	13.888
INSS e FGTS	1.894	1.933	1.775	1.839
ISS	496	558	296	372
ICMS	1.317	1.353	167	175
Outros	732	1.650	701	1.303
Passivo circulante	86.932	25.299	81.344	20.769

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	30/06/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
JAN	108	(27)	81	-	-	-
Ativo	108	(27)	81	-	-	-
Taesa	446.508	(540.205)	(93.697)	471.981	(616.116)	(144.135)
ATE III	11.222	(28.486)	(17.264)	11.463	(28.191)	(16.728)
SGT	-	(4.293)	(4.293)	-	(4.230)	(4.230)
MIR	-	(329)	(329)	-	(146)	(146)
MAR	-	(4.645)	(4.645)	-	(3.390)	(3.390)
Passivo	457.730	(577.958)	(120.228)	483.444	(652.073)	(168.629)
Total	457.838	(577.985)	(120.147)	483.444	(652.073)	(168.629)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	386.688	404.941	386.688	404.941
Diferenças temporárias (b)	62.747	71.669	59.820	67.040
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	8.403	6.834	-	-
Ativo	457.838	483.444	446.508	471.981
Diferenças temporárias (b)	(577.985)	(652.073)	(540.205)	(616.116)
Passivo	(577.985)	(652.073)	(540.205)	(616.116)
Saldo líquido	(120.147)	(168.629)	(93.697)	(144.135)

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas que adotam o lucro real e são compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Base de cálculo 30/06/2017	30/06/2017 IRPJ e CSLL	31/12/2016 IRPJ e CSLL
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	96.054	32.658	35.628
Provisão para participação nos lucros	7.254	2.467	5.016
Provisão para fornecedores	1.969	669	3.475
Provisão para parcela variável	14.069	4.783	3.502
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10.814	3.677	3.773
Tributos com exigibilidade suspensa	6.187	2.104	1.549
Instrumentos Financeiros – derivativos	36.792	12.509	15.466
Ajuste a valor de mercado - dívida	11.411	3.880	3.260
Total do ativo		62.747	71.669
Variação cambial - regime de caixa	(39.132)	(13.305)	(14.463)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(1.472)	(501)	(576)
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.659.350)	(564.179)	(637.034)
Total do passivo		(577.985)	(652.073)

	Base de cálculo 30/06/2017	30/06/2017 IRPJ e CSLL	31/12/2016 IRPJ e CSLL
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	89.893	30.564	33.383
Provisão para participação nos lucros	7.091	2.411	4.944
Provisão para fornecedores	1.927	655	2.956
Provisão para parcela variável	13.759	4.678	2.306
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	9.450	3.213	3.306
Tributos com exigibilidade suspensa	5.618	1.910	1.419
Instrumentos Financeiros - derivativos	36.792	12.509	15.466
Ajuste a valor de mercado - dívida	11.411	3.880	3.260
Total do ativo		59.820	67.040
Variação cambial - regime de caixa	(39.132)	(13.305)	(14.463)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(1.472)	(501)	(576)
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.548.233)	(526.399)	(601.077)
Total do passivo		(540.205)	(616.116)

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora
2017	18.251	25.474	24.097	2.771	46.496	42.348
2018	30.933	19.658	18.263	2.771	53.362	49.196
2019	27.904	17.615	17.460	2.772	48.291	45.364
2020	19.235	-	-	-	19.235	19.235
2021	18.974	-	-	89	19.063	18.974
2022 - 2024	65.432	-	-	-	65.432	65.432
2025 - 2027	79.711	-	-	-	79.711	79.711
2028 - 2030	95.481	-	-	-	95.481	95.481
2031 - 2033	17.268	-	-	-	17.268	17.268
2034 - 2036	9.802	-	-	-	9.802	9.802
2037 - 2038	3.697	-	-	-	3.697	3.697
Total	386.688	62.747	59.820	8.403	457.838	446.508

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	290.224	308.166	233.518	251.014

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

10. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	30/06/2017	31/12/2016
Controladas em conjunto	161.706	168.606
Coligadas	1.554.007	1.561.321
Consolidado	1.715.713	1.729.927
Controladas	689.108	667.945
Controladora	2.404.821	2.397.872

Resultado de equivalência patrimonial	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Controladas em conjunto	963	3.625	4.348	9.073
Coligadas	2.779	48.755	51.717	119.998
Consolidado	3.742	52.380	56.065	129.071
Controladas	18.626	13.367	41.059	39.887
Controladora	22.368	65.747	97.124	168.958

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	10.457.000	100%	100%
MAR	25.384.000	25.384.000	100%	100%
MIR	5.513.000	5.513.000	100%	100%
JAN	2.334.700	1.000	100%	100%

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	636.449	12.003	21.141	-	-	669.593
Dividendos adicionais propostos de 2015	(58.988)	-	-	-	-	(58.988)
Equivalência patrimonial	37.009	2.765	113	-	-	39.887
Reversão dos dividendos obrigatórios de 2014	-	-	208	-	-	208
Integralização de capital	-	1.000	-	1	-	1.001
Saldos em 30 de junho de 2016	614.470	15.768	21.462	1	-	651.701
Constituição	-	-	-	1	1	2
Aumento de capital	-	-	5.383	5.511	-	10.894
Dividendos intercalares	(31.111)	-	-	-	-	(31.111)
Equivalência patrimonial	37.839	1.753	(1.555)	(497)	(8)	37.532
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	-	(1.073)	-	-	-	(1.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	621.198	16.448	25.290	5.016	(7)	667.945
Saldos em 1º de janeiro de 2017	621.198	16.448	25.290	5.016	(7)	667.945
Dividendos adicionais propostos de 2016	(25.941)	-	-	-	-	(25.941)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
Dividendos intercalares	(17.641)	-	-	-	-	(17.641)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	14.978	6.374	-	21.352
Aumento de capital	-	-	-	-	2.334	2.334
Equivalência patrimonial	40.059	2.251	(405)	(688)	(158)	41.059
Saldos em 30 de junho de 2017	617.675	18.699	39.863	10.702	2.169	689.108

(*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (controladora).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ATE III	Dividendos intercalares em 2017	23/06/2017	AGE	17.641
Dividendos intercalares em 2017				17.641
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	25.941
Aprovação de dividendos adicionais em 2017				25.941
JAN	Aumento de capital	01/06/2017	AGE	2.334
Aumento de capital em 2017				2.334
MAR	Adiantamento para futuro aumento de capital	12/06/2016	RCA	14.978
MIR	Adiantamento para futuro aumento de capital	27/10/2016	RCA	6.374
Adiantamento para futuro aumento de capital em 2017				21.352
SGT	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	28/04/2017	AGO	1.073
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016				1.073
ATE III	Dividendos intercalares em 2016	22/12/2016	AGE	31.111
Dividendos intercalares em 2016				31.111
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2015	23/03/2016	AGO	58.988
Aprovação de dividendos adicionais em 2016				58.988
SGT	Aumento de capital	23/05/2016	AGE	1.000
MIR	Aumento de capital	30/12/2016	AGE	5.512
MAR	Aumento de capital	28/12/2016	AGE	5.383
Aumentos de capital em 2016				11.895
JAN	Constituição	09/11/2016	AGC	1
MIR	Constituição	26/04/2016	AGC	1
Constituição em 2016				2
MAR	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	23/03/2016	AGO	208
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios em 2016				208

A data-base das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,58%	52,58%
BRAS	191.052.000	191.052.000	38,66%	38,66%
Aimorés	1.000	1.000	50,00%	50,00%
Paraguaçu	1.000	1.000	50,00%	50,00%
ERB1	1.000	1.000	50,00%	50,00%

Demais acionistas	
ETAU (*)	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
BRAS (*)	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bipar Energia S.A. ("Bipar")
Aimorés	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")
Paraguaçu	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")
ERB1	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

(*) Conforme comunicado ao mercado da Eletrobras de 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a transferência para Eletrobras holding de determinadas participações

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

acionárias detidas pelas subsidiárias Eletrosul, Eletronorte e outras. Dentre as participações que podem ser transferidas para a Eletrobras holding, incluem-se as controladas em conjunto ETAU (Eletrosul) e Brasnorte (Eletronorte). A efetiva transferência dos ativos depende de autorização regulatória e/ou de agentes financiadores, conforme o caso.

Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto

Brasnorte

- O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Eletronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bipar. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bipar e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade. A aprovação das matérias previstas nas competências no Conselho de Administração dependerá de voto afirmativo de pelo menos 4/5 (quatro quintos) de seus membros.
- A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à Taesa a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bipar a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício. As resoluções da Diretoria resultarão do voto da maioria dos presentes.
- Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas.
- As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.
- O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado.

ETAU

- A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo a cada um dos Conselheiros um voto nas deliberações.
- A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. As decisões de diretoria devem ser tomadas pelos dois diretores em conjunto.
- Os acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente.

- Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela "Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida.
- No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas envidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paraguaçu e Aimorés

- A Paraguaçu/Aimorés terá um Conselho de Administração composto por até quatro membros e seus respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará dois membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Na hipótese em que qualquer dos Acionistas, passe a deter participação inferior a 40% do Capital Social da Sociedade, este Acionista passará a indicar 1 (um) conselheiro e seu respectivo suplente. O outro acionista, nesse cenário, indicará 3 (três) conselheiros e seus respectivos suplentes. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sempre que cada acionista que é parte do Acordo de Acionistas detiver participação, de forma isolada, maior ou igual a 40% do Capital Social da Companhia.
- A Diretoria da Paraguaçu/Aimorés será composta por 2 (dois) diretores, sendo um o Diretor Administrativo/Financeiro e outro o Diretor Técnico, ambos escolhidos de comum acordo entre os acionistas, para um mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições. Os Diretores deverão obrigatoriamente (i) ser profissionais idôneos, que, além de preencherem os requisitos legais, possuam competência, capacidade gerencial e técnica e comprovada experiência profissional e notória experiência no setor elétrico e/ou no setor financeiro e/ou de investimentos, conforme a área de atuação; e (ii) ser selecionados via agência especializada em seleção e contratação de executivos ("Headhunter"), a qual, observando os requisitos acima, selecionará profissionais de mercado e/ou profissionais que eventualmente sejam funcionários de qualquer dos acionistas e sejam indicados por qualquer dos acionistas ao Headhunter. Ao final do processo de contratação conduzido pelo Headhunter, este deverá apresentar aos acionistas uma lista com, no mínimo, 3 (três) profissionais que atendam aos requisitos de cada um dos cargos, conforme determinados pelo próprio Conselho de Administração. Caberá aos Acionistas, em conjunto, a indicação de um dos nomes contidos em cada lista para que sejam submetidos ao Conselho de Administração e eleitos.
- Os acionistas poderão apenas transferir, seja para terceiros ou para suas partes relacionadas, a totalidade de suas ações, sendo vedada qualquer transferência de apenas parte de suas ações a qualquer tempo. Neste sentido, caso um acionista decida transferir a totalidade de suas ações, o outro acionista terá: (i) direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ofertadas, independentemente da quantidade de ações ofertadas; ou (ii) o direito de transferir, a seu exclusivo critério, a mesma proporção de suas ações conjuntamente e nas mesmas condições das ações ofertadas. O acionista alienante deverá comunicar a oferta das ações ofertadas ao outro acionista mediante notificação, por escrito. O acionista ofertado terá

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação da oferta, para enviar notificação para o acionista alienante, por escrito, indicando se deseja ou não exercer seu Direito de Preferência e adquirir a totalidade das ações do acionista alienante nas mesmas condições da notificação da oferta; ou se deseja ou não exercer o seu direito de venda conjunta e transferir a proporção aplicável das suas ações nas condições apresentadas na notificação de oferta.

- Caso os Acionistas ou os seus representantes não obtenham consenso em relação a qualquer matéria objeto da ordem do dia de uma Assembleia Geral ou, conforme o caso, em razão de empate na votação, qualquer um dos Acionistas poderá declarar a ocorrência de uma Divergência dos Acionistas por meio de notificação escrita enviada ao outro Acionista. Em até 10 (dez) dias consecutivos contados do recebimento da notificação referida acima, a matéria que gerou divergência deverá ser objeto de mediação, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação referida, entre os representantes dos Acionistas, os quais envidarão seus melhores esforços para dirimir a divergência de modo amigável e de boa fé, observado o melhor interesse da Sociedade. Ao final do Prazo de Mediação, vindo a chegar a uma proposta de acordo para dirimir a divergência, a proposta acordada na mediação deverá ser novamente submetida à deliberação da Assembleia Geral da Sociedade, que aprovará ou rejeitará a proposta.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto	ETAU (*)	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	76.041	90.964	-	-	167.005
Equivalência patrimonial	4.634	4.439	-	-	9.073
Dividendos adicionais propostos	(10.553)	-	-	-	(10.553)
Saldos em 30 de junho de 2016	70.122	95.403	-	-	165.525
Equivalência patrimonial	3.307	3.101	-	-	6.408
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	(114)	(3.213)	-	-	(3.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.315	95.291	-	-	168.606
Saldos em 1º de janeiro de 2017	73.315	95.291	-	-	168.606
Dividendos adicionais propostos	(11.248)	-	-	-	(11.248)
Equivalência patrimonial	1.671	2.904	(74)	(153)	4.348
Saldos em 30 de junho de 2017	63.738	98.195	(74)	(153)	161.706

(*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas (consolidado).

Em 17 de maio de 2017, houve a Assembleia Geral de Constituição (AGC) da controlada em conjunto ERB1. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía participação de 50% sobre a controlada em conjunto, que possuía um patrimônio líquido de R\$1.

Em 18 de novembro de 2016, houve a Assembleia Geral de Constituição (AGC) das controladas em conjunto Aimorés e Paraguaçu. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía participação de 50% sobre as controladas em conjunto Aimorés e Paraguaçu, ambas com patrimônio líquido de R\$1.

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	11.248
Aprovação dos dividendos adicionais em 2016				11.248
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	16/02/2017	RCA	114
BRAS	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	09/02/2017	RCA	3.213
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016				3.327
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2015	20/04/2016	AGO	10.553
Aprovação dos dividendos adicionais em 2016				10.553

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta e indireta)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Coligadas diretas				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Coligadas indiretas				
STC	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%
ESTE	1.000	1.000	49,98%	49,98%

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG. Durante este período, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Demais acionistas - Coligadas diretas

EATE, ENTE, ETEP	Alupar Investimento S.A.
ERTE	Alupar Investimento S.A., EATE e ENTE
EBTE	EATE
ECTE	Alupar Investimento S.A. e Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC").

Principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE

- A Alupar Investimento S.A. ("Alupar") terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade: (i) aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (ii) cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias; (iii) liquidação ou dissolução da referida sociedade; (iv) alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas; (v) participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza; (vi) abertura ou fechamento do capital da referida sociedade; e (vii) alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.

- Será vedada ao acionista a participação de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.
- O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros: (i) Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social; (ii) Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350; e (iii) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social; as decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo-Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49%

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

Movimentação dos investimentos em coligadas (*)	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	707.575	156.558	55.361	431.337	63.950	143.978	1.558.759
Equivalência patrimonial	60.829	9.734	4.922	29.290	3.941	11.282	119.998
Dividendos adicionais propostos em 2015	(50.250)	-	(1.503)	(17.188)	(3.581)	(3.323)	(75.845)
Saldos em 30 de junho de 2016	718.154	166.292	58.780	443.439	64.310	151.937	1.602.912
Equivalência patrimonial	44.729	5.319	2.898	33.159	2.624	11.633	100.362
Dividendos intercalares em 2016	(52.555)	-	-	(28.671)	(4.080)	(10.669)	(95.975)
Dividendos mínimos obrigatórios em 2016	-	(3.254)	(2.020)	-	-	-	(5.274)
Juros sobre o capital próprio em 2016	(23.861)	-	-	(11.394)	-	(5.449)	(40.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	686.467	168.357	59.658	436.533	62.854	147.452	1.561.321
Saldos em 1º de janeiro de 2017	686.467	168.357	59.658	436.533	62.854	147.452	1.561.321
Equivalência patrimonial	25.596	6.103	(2.665)	14.680	1.363	6.640	51.717
Dividendos adicionais propostos em 2016	(22.820)	-	(8.576)	(18.543)	(3.768)	(5.324)	(59.031)
Saldos em 30 de junho de 2017	689.243	174.460	48.417	432.670	60.449	148.768	1.554.007

(*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas (consolidado).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante (*)
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	22.820
ETEP	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	5.324
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	18.543
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	3.768
ECTE	Dividendos adicionais propostos de 2016	27/03/2017	AGOE	8.576
Dividendos adicionais propostos de 2016				59.031
EATE	Juros sobre Capital Próprio de 2016	22/12/2016	RCA	23.861
ENTE	Juros sobre Capital Próprio de 2016	22/12/2016	RCA	11.394
ETEP	Juros sobre Capital Próprio de 2016	22/12/2016	RCA	5.449
Juros sobre Capital Próprio de 2016				40.704
EBTE	Dividendos obrigatórios de 2016	31/12/2016		3.254
ECTE	Dividendos obrigatórios de 2016	31/12/2016		2.020
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016				5.274
EATE	Dividendos intercalares de 2016	12/08/2016	RCA	52.555
ETEP	Dividendos intercalares de 2016	12/08/2016	RCA	10.669
ENTE	Dividendos intercalares de 2016	12/08/2016	RCA	28.671
ERTE	Dividendos intercalares de 2016	12/08/2016	RCA	4.080
Dividendos intercalares de 2016				95.975
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	50.250
ETEP	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	3.323
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	17.188
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	3.581
ECTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	08/04/2016	AGOE	1.503
Dividendos adicionais propostos aprovados em 2016				75.845

(*) Montante proporcional à participação da Taesa nas investidas.

A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

d) Demonstrações financeiras intermediárias resumidas

Demonstrações financeiras intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Agregação das demonstrações financeiras - considerando que coligadas diretas em que a Taesa possui participação são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Companhia

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

optou por agregar as demonstrações financeiras intermediárias para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	30/06/2017						
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.008	111	2	2	3.123	155.028	158.151
Ativo financeiro de concessão (i)	27.555	22.319	-	-	49.874	811.513	861.387
Outros ativos circulantes	28.326	7.489	-	-	35.815	58.077	93.892
Ativos circulantes	58.889	29.919	2	2	88.812	1.024.618	1.113.430
Ativo financeiro de concessão (i)	111.442	290.338	190	284	402.254	1.582.349	1.984.603
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	865.148	865.148
Outros ativos não circulantes	4.908	716	-	-	5.624	46.481	52.105
Ativos não circulantes	116.350	291.054	190	284	407.878	2.493.978	2.901.856
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.543	-	-	-	7.543	278.385	285.928
Outros passivos circulantes	49.325	4.970	319	561	55.175	194.451	249.626
Passivos circulantes	56.868	4.970	319	561	62.718	472.836	535.554
Empréstimos e financiamentos (ii)	21.598	-	-	-	21.598	671.541	693.139
Impostos e contribuições diferidos	13.250	32.398	2	4	45.654	299.515	345.169
Tributos diferidos	6.073	27.210	18	26	33.327	-	33.327
Outros passivos não circulantes	2.594	2.426	-	-	5.020	3.863	8.883
Passivos não circulantes	43.515	62.034	20	30	105.599	974.919	1.080.518
Patrimônio líquido individual	74.856	253.969	(147)	(305)	328.373	2.070.841	2.399.214
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	39.362	98.195	(74)	(153)	137.330	940.696	1.078.026
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	24.376	-	-	-	24.376	613.311	637.687
Investimento total da Taesa	63.738	98.195	(74)	(153)	161.706	1.554.007	1.715.713

Balanço patrimonial	31/12/2016				
	ETAU	BRAS	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.210	221	3.431	121.794	125.225
Ativo financeiro de concessão (i)	27.433	21.740	49.173	916.441	965.614
Outros ativos circulantes	19.474	7.306	26.780	56.652	83.432
Ativos circulantes	50.117	29.267	79.384	1.094.887	1.174.271
Ativo financeiro de concessão (i)	119.646	289.235	408.881	1.585.397	1.994.278
Investimentos em participações societárias	-	-	-	838.356	838.356
Outros ativos não circulantes	4.688	715	5.403	46.449	51.852
Ativos não circulantes	124.334	289.950	414.284	2.470.202	2.884.486
Empréstimos e financiamentos (ii)	8.406	-	8.406	324.956	333.362
Outros passivos circulantes	33.262	12.710	45.972	151.998	197.970
Passivos circulantes	41.668	12.710	54.378	476.954	531.332
Empréstimos e financiamentos (ii)	19.326	-	19.326	784.277	803.603
Impostos e contribuições diferidos	13.357	30.385	43.742	308.398	352.140
Tributos diferidos	6.189	27.168	33.357	-	33.357
Outros passivos não circulantes	2.730	2.494	5.224	3.685	8.909
Passivos não circulantes	41.602	60.047	101.649	1.096.360	1.198.009
Patrimônio líquido individual	91.181	246.460	337.641	1.991.775	2.329.416
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	47.946	95.291	143.237	893.684	1.036.921
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	25.369	-	25.369	667.637	693.006
Investimento total da Taesa	73.315	95.291	168.606	1.561.321	1.729.927

Demonstração do resultado	01/04/2017 a 30/06/2017						
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	4.236	6.353	5	9	10.603	148.092	158.695
Custos e despesas	(1.785)	(2.214)	(149)	(301)	(4.449)	(17.587)	(22.036)
Receitas financeiras	576	169	-	-	745	3.237	3.982
Despesas financeiras	(1.140)	(55)	-	-	(1.195)	(26.492)	(27.687)
Resultado financeiro	(564)	114	-	-	(450)	(23.255)	(23.705)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	28.050	28.050
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(636)	(1.004)	(2)	(4)	(1.646)	(20.079)	(21.725)
Resultado do período	1.251	3.249	(146)	(296)	4.058	115.221	119.279
Resultado do período - participação da Taesa	658	1.257	(73)	(148)	1.694	52.192	53.886
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(731)	-	-	-	(731)	(49.413)	(50.144)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	(73)	1.257	(73)	(148)	963	2.779	3.742

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	01/04/2016 a 30/06/2016				
	ETAU	BRAS	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	16.254	8.043	24.297	195.996	220.293
Custos e despesas	(9.669)	(2.387)	(12.056)	(17.893)	(29.949)
Receitas financeiras	431	242	673	3.163	3.836
Despesas financeiras	(525)	(220)	(745)	(39.938)	(40.683)
Resultado financeiro	(94)	22	(72)	(36.775)	(36.847)
Equivalência patrimonial	-	-	-	30.849	30.849
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.202)	(1.662)	(3.864)	(32.992)	(36.856)
Resultado do período	4.289	4.016	8.305	139.185	147.490

Resultado do período - participação da Taesa	2.254	1.552	3.806	63.438	67.244
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(181)	-	(181)	(14.683)	(14.864)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	2.073	1.552	3.625	48.755	52.380

Demonstração do resultado	01/01/2017 a 30/06/2017						
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	12.315	13.460	172	258	26.205	308.325	334.530
Custos e despesas	(3.717)	(3.819)	(318)	(560)	(8.414)	(34.541)	(42.955)
Receitas financeiras	1.161	312	-	-	1.473	7.804	9.277
Despesas financeiras	(2.098)	(75)	-	-	(2.173)	(63.346)	(65.519)
Resultado financeiro	(937)	237	-	-	(700)	(55.542)	(56.242)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	56.654	56.654
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.595)	(2.369)	(2)	(4)	(4.970)	(40.343)	(45.313)
Lucro do período	5.066	7.509	(148)	(306)	12.121	234.553	246.674

Lucro do período - participação da Taesa	2.664	2.904	(74)	(153)	5.341	106.043	111.384
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(993)	-	-	-	(993)	(54.326)	(55.319)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.671	2.904	(74)	(153)	4.348	51.717	56.065

Demonstração do resultado	01/01/2016 a 30/06/2016				
	ETAU	BRAS	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	27.459	19.935	47.394	372.009	419.403
Custos e despesas	(13.145)	(3.663)	(16.808)	(33.312)	(50.120)
Receitas financeiras	738	371	1.109	6.455	7.564
Despesas financeiras	(982)	(359)	(1.341)	(80.933)	(82.274)
Resultado financeiro	(244)	12	(232)	(74.478)	(74.710)
Equivalência patrimonial	-	-	-	58.834	58.834
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(545)	(4.802)	(5.347)	(58.503)	(63.850)
Lucro do período	13.525	11.482	25.007	264.550	289.557

Lucro do período - participação da Taesa	7.112	4.439	11.551	119.164	130.715
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(2.478)	-	(2.478)	834	(1.644)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	4.634	4.439	9.073	119.998	129.071

(i) Ativo financeiro de concessão

Ativo financeiro	30/06/2017	31/12/2016
ETAU	138.997	147.079
BRAS	312.657	310.975
Aimorés	190	-
Paraguaçu	284	-
Controladas em conjunto	452.128	458.054
EATE	800.604	864.653
EBTE	574.805	570.459
ECTE	154.788	165.632
ENTE	575.200	590.894
ERTE	143.264	146.014
ETEP	145.201	164.186
Coligadas diretas	2.393.862	2.501.838

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	30/06/2017	31/12/2016
ETAU	BNDES Finame Alston	jan/21	(2)	Taxa fixa 9,5%a.a.	233	233
	BNDES Finame Toshiba	jan/21	(2)	Taxa fixa 9,5%a.a.	2.738	2.738
	BNDES	jan/18	(2)	Cesta de moedas + 4.0% a.a. / TJLP + 4.0% a.a.	4.504	8.302
	BNDES Automático	set/17	(4)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	11.623	6.391
	BNP Paribas	dez/19	(1)	108% do CDI	10.043	10.068
Controladas em conjunto					29.141	27.732
EATE	Itaú	out/17		CDI + 0,9875%	30.622	61.622
	Itaú	mar/19		CDI + 1,15%	145.888	187.687
	Itaú	ago/20	(1)	109,75% CDI	123.557	143.192
	Itaú	set/19		114% CDI	126.739	127.061
	Itaú	set/21		116% CDI	54.317	54.455
EBTE	BNDES	mai/25 nov/19	(3)	TJLP + 2,56% 4,5% a.a.	89.158 6.994	94.271 8.444
ECTE	Itaú	out/17		CDI + 0,9875%	20.367	40.911
	Itaú	mai/20	(1)	CDI + 2,15%	65.857	65.964
ENTE	Itaú	ago/20		109,75% CDI	192.719	223.344
	Itaú	set/19		114% CDI	28.082	28.130
	Itaú	set/21		116% CDI	12.035	12.056
ETEP	Itaú	ago/20	(1)	109,75% CDI	53.591	62.096
Coligadas diretas					949.926	1.109.233

- (1) Sem garantias.
- (2) 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.
- (3) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.
- (4) Carta de Fiança, emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante comprovação financeira.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de junho de 2017, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para riscos	30/06/2017			31/12/2016		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
ETAU	495	120	615	495	120	615
BRAS	216	-	216	229	-	229
Controladas em conjunto	711	120	831	724	120	844
EATE	-	197	197	-	190	190
ECTE	-	150	150	-	150	150
Coligadas diretas	-	347	347	-	340	340
	711	467	1.178	724	460	1.184

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 30 de junho de 2017, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, tributária e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

Passivos contingentes	30/06/2017	31/12/2016
ETAU	152	90
BRAS	7.328	7.325
Controladas em conjunto	7.480	7.415
EATE	2.343	2.293
EBTE	185	467
ENTE	599	599
ERTE	16	-
Coligadas diretas	3.143	3.359

(iv) RAP das controladas em conjunto e coligadas, conforme resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Concessão	Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
	Resolução nº 2.258 de 30/06/2017			Resolução 2.098 de 28/06/2016			Resolução 1.918 de 23/06/2015		
	Período: de 01/07/2017a 30/06/2018			Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
ETAU	46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569	38.434	(3.452)	34.982
BRAS	25.801	(1.374)	24.427	24.905	(396)	24.509	22.865	(2.309)	20.556
ENTE	225.130	(13.240)	211.890	221.644	(16.211)	205.433	199.517	(19.177)	180.340
EATE	354.280	(26.483)	327.797	422.270	(32.293)	389.977	381.290	(36.649)	344.641
EBTE	46.005	(2.480)	43.525	44.400	(3.208)	41.192	40.615	(5.088)	35.527
ECTE	47.529	(4.954)	42.575	79.723	(6.839)	72.884	84.201	(8.093)	76.108
ETEP	56.367	(5.645)	50.722	96.563	(7.037)	89.526	86.907	(8.350)	78.557
ERTE	50.533	(2.972)	47.561	49.750	(3.642)	46.108	44.786	(4.305)	40.481
STC	43.982	(1.574)	42.408	41.522	(1.512)	40.010	36.935	(2.479)	34.456
Lumitrans	26.629	(1.553)	25.076	26.206	(1.918)	24.288	23.591	(2.268)	21.323
ESDE	13.097	(1.002)	12.095	12.640	(557)	12.083	11.542	(796)	10.746
ETSE	19.591	(1.229)	18.362	-	-	-	-	-	-
Transirapé	33.123	(1.585)	31.538	29.201	(1.412)	27.789	26.287	(2.159)	24.128
Transleste	40.804	(2.400)	38.404	40.172	(2.941)	37.231	36.163	(3.476)	32.687
Transudeste	25.291	(1.487)	23.804	24.899	(1.823)	23.076	22.414	(2.154)	20.260
TOTAL	1.054.201	(70.185)	984.016	1.156.422	(82.747)	1.073.675	1.055.547	(100.755)	954.792

11. PARTES RELACIONADAS

I - Resumo das transações com partes relacionadas que são classificadas nas rubricas de Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto						
1	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ETAU	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2017	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/Abril	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O 2º termo aditivo foi assinado em 10 de julho de 2017 prorrogando a vigência por mais 1 ano.
2	OCR x Outras receitas - Serviços de engenharia do proprietário e	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1% a.m. + multa de 2% /	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência,	O contrato foi encerrado em

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	gerenciamento de obra - Taesa x ETAU			Atualização anual pelo IPCA/Janeiro	concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	26/10/2016 através do termo de encerramento definitivo.
3	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x BRAS	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 a 14/04/2017	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/ Atualização anual pelo IGP-M/julho	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O contrato encontra-se em processo de renovação.
4	Comodato de imóvel - Taesa x BRAS	Não possui valor	a partir de 25/04/2008 por período indeterminado	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
5	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x Aimorés (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
6	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
	Transações entre a Taesa e suas controladas					
7	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x MAR	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA/maio	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
8	OCR x Outras receitas - Serviços de operação - Taesa x ATE III	R\$32 Valor mensal	01/03/2015 a 16/09/2017, retroagindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/setembro	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos.	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
9	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ATE III	R\$19 Valor mensal	05/05/2014 a 05/05/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA/maio	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Os efeitos do contrato retroagem a 31 de janeiro de 2013.
10	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x SGT	R\$19 Valor mensal	08/09/2014 a 08/09/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA/setembro	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de	Não houve.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
					recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	
11	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 08/09/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA/agosto	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O presente contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
12	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x JAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
13	CRCP x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Ativo		Receita			
		30/06/2017	31/12/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Transações com controladas em conjunto							
1	Serviços de "back-office" Taesa x ETAU	68	65	206	199	405	377
2	Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x ETAU	-	-	-	221	-	442
3	Serviços de "back-office"- Taesa x BRAS	29	29	87	78	175	155
5	Reembolso de despesas Taesa x Aímorés	179	-	-	-	-	-
6	Reembolso de despesas Taesa x Paraguacú	269	-	-	-	-	-
Transações entre as controladas e empresas ligadas							
13	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	78	72	227	214	465	420
		623	166	520	712	1.045	1.394

(*) Saldo existente registrado no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissionárias".

REF	Contratos e outras transações	Controladora					
		Ativo		Receita			
		30/06/2017	31/12/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Transações com controladas em conjunto							
1	Serviços de "back-office" - Taesa x ETAU	68	65	206	199	405	377
2	Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x ETAU	-	-	-	221	-	442
3	Serviços de "back-office"- Taesa x BRAS	29	29	87	78	175	155
5	Reembolso de despesas Taesa x Aímorés	179	-	-	-	-	-
6	Reembolso de despesas Taesa x Paraguacú	269	-	-	-	-	-
Transações com controladas							
7	Serviços de "back-office" - Taesa x MAR	24	23	74	65	150	132
8	Serviços de operação - Taesa x ATE III	234	39	116	104	232	207
9	Serviços de "back-office" - Taesa x ATE III	27	24	73	70	145	136
10	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	23	23	70	63	139	126
11	Serviços de "back-office" - Taesa x MIR	43	-	132	-	199	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Contratos e outras transações	Controladora					
		Ativo		Receita			
		30/06/2017	31/12/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
12	Reembolso de despesas Taesa x JAN	9	1	-	-	-	-
		905	204	758	800	1.445	1.575

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	OCP x Prestação de serviços "Data Center" - Taesa x Ativas	R\$96 Valor mensal	11/04/2014 até 36 meses do início da prestação dos serviços e assinatura do termo de aceite	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M/abril	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	Entre abril/2014 e agosto/2015 foram assinados diversos termos de aceites parciais, o que permitiu que partes do contrato entrassem em vigor gradativamente.
2	OCP x serviços prestados - (desenvolvimento de projeto P&D) - Taesa x Axiom	R\$3.836 Valor total do contrato	29/08/2016 a 29/08/2018	Juros de 1% ao mês	Quando o outro Partícipe tiver sua falência decretada ou seja objeto de processo de recuperação judicial ou extrajudicial; por motivo de força maior ou caso fortuito entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no contrato.	Não houve.
3	OCP x serviços prestados - Prestação de Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Taesa x Axiom	R\$1.318 Valor total do contrato	02/09/2016 - término indeterminado	Juros de 1% ao mês	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Taesa x Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
5	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA/março	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
6	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA/novembro	A contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Esse contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data de início da operação comercial.
7	Contrato de compartilhamento	R\$1.213 parcela única e R\$50	12/11/2015 até a extinção da concessão	Atualização anual pelo IPCA	Não houve	O pagamento do valor mensal só será devido a

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	de instalações - MAR x CEMIG GT	Valor mensal	de uma das partes			partir do início da operação comercial.
Transações entre a Taesa e suas controladas						
8	OCP x Reembolso de despesas - Taesa x MIR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
9	OCP x Reembolso de despesas - Taesa x ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Passivo		Custos e Despesas			
		30/06/2017	31/12/2016	01/04/2017 a 30/06/2016	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Transações entre a Taesa e empresas ligadas							
1	Data Center - Taesa x Ativas	108	-	328	304	657	577
3	Prestação de serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Taesa x Axxiom	88	345	-	-	-	-
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	345	452	764	851
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	115	76	221	168
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas							
5	CCI - SGT x CEMIG GT	4	3	11	10	22	21
6	O&M - SGT x CEMIG GT	-	38	138	133	226	298
		200	386	937	975	1.890	1.915

R E F	Contratos e outras transações	Controladora					
		Passivo		Custos e Despesas			
		30/06/2017	31/12/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Transações entre a Taesa e empresas ligadas							
1	Data Center - Taesa x Ativas	108	-	328	304	657	577
3	Prestação de serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Taesa x Axxiom	88	345	-	-	-	-
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	338	452	741	851
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	110	76	209	168
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas							
8	Reembolso de despesas Taesa x MIR	-	219	-	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	1	-	-	-	-	-
		197	564	776	832	1.607	1.596

II - Resumo das transações com partes relacionadas relativas ao Fundo de renda fixa – Pampulha que são classificadas na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários. A Taesa é cotista do Fundo Pampulha, que detém aplicações em títulos emitidos por empresas relacionadas à Companhia:

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações em fundo de investimento não exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	-	4.875	-	3.371	-	7,60%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2018	CDI + 0,90%	10.412	1.018	9.081	704	6,11%	7,20%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	1.884	943	1.643	652	6,11%	7,30%
Debêntures	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 3,93%	1.987	924	1.733	639	7,71%	8,90%
Debêntures	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 4,25%	1.872	869	1.633	601	7,78%	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Debêntures	Axxiom	29/01/2017	112% CDI	-	534	-	369	-	7,60%
Debêntures	CEMIG GT	25/08/2017	128% CDI	10.872	-	9.482	-	0,44%	-
Debêntures	CEMIG GT	25/08/2017	128% CDI	2.173	-	1.897	-	0,44%	-
				29.200	9.163	25.469	6.336		

III – Resumo das transações com partes relacionadas que são classificadas nas rubricas Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	31/12/2016	Adição (a)	Recebimento	30/06/2017
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	10.770	11.248	-	22.018
BRAS	3.752	-	(2.858)	894
EATE	-	22.820	(22.820)	-
EBTE	3.254	-	-	3.254
ECTE	2.020	8.576	-	10.596
ENTE	-	18.543	(18.543)	-
ERTE	-	3.768	(3.768)	-
ETEP	-	5.324	(5.324)	-
Consolidado	19.796	70.279	(53.313)	36.762
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	43.582	(43.582)	-
SGT	1.988	-	-	1.988
MAR	147	-	-	147
Controladora	21.931	113.861	(96.895)	38.897

Dividendos e JCP a receber	31/12/2015	Adição (a)	Recebimento	31/12/2016
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	492	10.667	(389)	10.770
BRAS	3.825	3.213	(3.286)	3.752
EATE	18.445	126.666	(145.111)	-
EBTE	4.240	3.254	(4.240)	3.254
ECTE	-	3.523	(1.503)	2.020
ENTE	7.612	57.253	(64.865)	-
ERTE	-	7.661	(7.661)	-
ETEP	3.945	19.441	(23.386)	-
Consolidado	38.559	231.678	(250.441)	19.796
<i>Controladas</i>				
ATE III	18.428	90.099	(108.527)	-
SGT	915	1.073	-	1.988
MAR	355	(208)	-	147
Controladora	58.257	322.642	(358.968)	21.931

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2016	Adição (a)	Pagamento	30/06/2017
<i>Consolidado e Controladora</i>				
FIP Coliseu	-	48.952	(48.952)	-
FIA Taurus	-	3.553	(3.553)	-
Cemig	-	111.315	(111.315)	-
Minoritários (b)	4	189.056	(189.055)	5
	4	352.876	(352.875)	5

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2015	Adição (a)	Pagamento	31/12/2016
<i>Consolidado e Controladora</i>				
FIP Coliseu	-	190.605	(190.605)	-
FIA Taurus	-	1.901	(1.901)	-
Cemig	-	381.610	(381.610)	-
Minoritários (b)	4	357.427	(357.427)	4
	4	931.543	(931.543)	4

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados pela AGO, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

(b) Dividendos e JCP a pagar a acionistas não controladores, no montante de R\$5 em 30 de junho de 2017 (R\$4 em 31 de dezembro de 2016), ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares (*)	2017	17/05/2017	CA	31/05/2017	100.041	0,09680	0,09680
JCP (*)	2017	17/05/2017	CA	31/05/2017	78.117	0,07559	0,07559
Adicionais propostos	2016	28/04/2017	AGO	12/05/2017	174.718	0,16906	0,16906
					352.876		
JCP (*)	2016	18/11/2016	CA	05/12/2016	147.052	0,14229	0,14229
Dividendos intercalares (*)	2016	18/11/2016	CA	05/12/2016	41.743	0,04039	0,04039
JCP (*)	2016	12/08/2016	CA	29/08/2016	24.508	0,02371	0,02371
Dividendos intercalares (*)	2016	12/08/2016	CA	29/08/2016	174.028	0,16839	0,16839
JCP (*)	2016	19/05/2016	CA	03/06/2016	128.394	0,12423	0,12423
Dividendos intercalares (*)	2016	19/05/2016	CA	03/06/2016	93.159	0,09014	0,09014
Adicionais propostos	2015	18/04/2016	AGO	28/04/2016	322.659	0,31220	0,31220
					931.543		

(*) Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

IV - Resumo das transações com partes relacionadas relativas a Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que são classificadas no Resultado – despesa de pessoal

Proporção da remuneração total	01/01/2017 a 30/06/2017		01/01/2016 a 30/06/2016	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho de Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria	58%	42%	63% (*)	37% (*)

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	01/01/2017	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2017	a 30/06/2016
Número de membros remunerados (***)	22	22	3	4 (**)	5	5
Remuneração fixa	1.566	1.165	3.148	2.069 (*)	255	206
Salário ou pró-labore	1.566	1.165	2.881	1.848	255	206
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	267	221	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	2.282	2.032 (*)	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	1.327	1.256	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	n/a	n/a	955	776	n/a	n/a
Valor total da remuneração	1.566	1.165	5.430	4.101	255	206

(*) As informações divulgadas em 30 de junho 2016 não consideravam outras verbas que compõem a remuneração, por tanto, para que haja comparação com as informações de 30 de junho 2017, demonstramos abaixo informações complementares para o período findo em 30 de junho de 2016:

- (i) Percentual remuneração fixa e variável, considerando outras verbas que compõem a remuneração: 62% e 38%, respectivamente.
(ii) Remuneração fixa e variável, considerando outras verbas que compõem a remuneração: R\$3.584 (complemento de R\$1.515) e R\$2.179 (complemento de R\$147), respectivamente.

(**) Em 22 de junho de 2016 foi eleito o Diretor Jurídico e Regulatório, cuja diretoria estava vaga desde a sua criação. Sua respectiva remuneração foi considerada a partir de julho de 2016. Em 30 de junho de 2016 o Sr. João Procópio Campos Loures Vale acumulava os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

(***) Inclui membros suplentes que receberam uma remuneração no período.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Número de membros efetivos	11	11	4	4	5	5
Número de membros suplentes	11	11	-	-	5	5

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Maior remuneração individual no período (mensal)	16	12	333	223	8	6
Menor remuneração individual no período (mensal)	8	6	109	159	8	6
Remuneração individual média no período (mensal)	12	9	230	181	8	6

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e recebido	Vencimento final	
Moeda nacional - R\$⁽¹⁾						
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito A	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito B	168	12/08/2021	TJLP - TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$⁽²⁾						
Citibank - Contrato B (Repactuação)	Taesa	10/04/2014	Lei 4.131	350.000	20/09/2019	Libor + 1,99% a.a.

¹ Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

² Empréstimo mensurado ao valor justo.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	31/12/2016	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal / recebimento	30/06/2017	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	41.388	582	-	(587)	(3.293)	38.090	6.628	31.462
Citibank - Contrato B (Repactuação)	317.112	8.918	1.823	(5.541)	-	322.312	33	322.279
Controladora	358.500	9.500	1.823	(6.128)	(3.293)	360.402	6.661	353.741
BNDES-FINAME	14.694	176	-	(178)	(1.223)	13.469	2.460	11.009
Consolidado	373.194	9.676	1.823	(6.306)	(4.516)	373.871	9.121	364.750
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾								
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação)	45.475	13.397	(5.255)	(16.825)	-	36.792	-	36.792
Controladora e Consolidado	45.475	13.397	(5.255)	(16.825)	-	36.792	-	36.792
Empréstimos e financiamento líquidos do "swap"								
Controladora	403.975	22.897	(3.432)	(22.953)	(3.293)	397.194	6.661	390.533
Consolidado	418.669	23.073	(3.432)	(23.131)	(4.516)	410.663	9.121	401.542

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	31/12/2015	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal / recebimento	31/12/2016	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	47.950	1.329	-	(1.342)	(6.549)	41.388	6.625	34.763
Citibank B (Repactuação)	619.204	(62.820)	1.736	(11.967)	(229.041)	317.112	61	317.051
Controladora	667.154	(61.491)	1.736	(13.309)	(235.590)	358.500	6.686	351.814
BNDES-FINAME	17.144	402	-	(406)	(2.446)	14.694	2.461	12.233

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	31/12/2015	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal / recebimento	31/12/2016	Circulante	Não circulante
Consolidado	684.298	(61.089)	1.736	(13.715)	(238.036)	373.194	9.147	364.047
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾								
Citibank "swap" Contrato B	(258.133)	39.239	8.840	(9.552)	219.606	-	-	-
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação)	-	75.876	2.597	(32.998)	-	45.475	-	45.475
Controladora e Consolidado	(258.133)	115.115	11.437	(42.550)	219.606	45.475	-	45.475
Empréstimos e financiamento líquidos do "swap"								
Controladora	409.021	53.624	13.173	(55.859)	(15.984)	403.975	6.686	397.289
Consolidado	426.165	54.026	13.173	(56.265)	(18.430)	418.669	9.147	409.522

¹ Instrumento financeiro derivativo mensurado ao valor justo.

Repactuação do empréstimo com o Citibank - Contrato B - Em 24 de março de 2016, a Companhia repactuou o Contrato B, assinado em 10 de abril de 2014, com o Citibank indexado a Libor + 0,89%, alterando a data de vencimento da dívida para 20 de setembro de 2019 e sua indexação para Libor + 1,99%. Em 29 de março de 2016, houve o pré-pagamento de parte do contrato, no valor de US\$61.736, equivalentes a R\$229.041 naquela data. Com a repactuação do contrato B com o Citibank, o swap cambial contratado 10 de abril de 2014 foi liquidado em 29 de março de 2016, o que gerou um ganho bruto no montante de R\$219.606 (R\$186.665, líquido de IRRF). Na mesma data, a Companhia contratou um novo swap cambial com o Citibank conforme abaixo:

Contrato B - Repactuação	Dívida	Swap
Montante	USD 94.340	R\$350.000 ²
Vencimento	20/09/2019	20/09/2019
Custo da Dívida	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%)	Ponta ativa Companhia: (Libor 3 meses + Spread: 1,99%) * 1,17647 ¹ Ponta passiva Citibank: 114,00% CDI
Juros	Trimestrais	Trimestrais
Amortização ³	Bullet	Bullet

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Valores convertidos para real (R\$) com base na paridade inicial da operação R\$/US\$: 3,7100.

³ Regime de amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo.

Taxa	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador							Subtotal	Total
		Não circulante					Após 2022			
		2018	2019	2020	2021	2022				
TJLP	22	11	22	21	14	-	-	68	90	
Taxa fixa	9.066	4.505	9.010	9.010	8.986	8.899	1.993	42.403	51.469	
Libor + US\$	33	-	322.279	-	-	-	-	322.279	322.312	
	9.121	4.516	331.311	9.031	9.000	8.899	1.993	364.750	373.871	

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de junho de 2017, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

13. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	31/12/2016	Juros e variação monetária / custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	30/06/2017
Itaú BBA 2ª emissão	196.077	12.787	(13.025)	-	195.839
Itaú BBA 3ª emissão	2.721.186	121.731	-	-	2.842.917
	2.917.263	134.518	(13.025)	-	3.038.756
Circulante	900.223				991.687
Não circulante	2.017.040				2.047.069

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	31/12/2015	Juros e variação monetária / custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2016
Itaú BBA 2ª emissão	392.053	58.532	(59.508)	(195.000)	196.077
Itaú BBA 3ª emissão	2.596.194	324.564	(199.572)	-	2.721.186
	2.988.247	383.096	(259.080)	(195.000)	2.917.263
Circulante	236.273				900.223
Não circulante	2.751.974				2.017.040

(*) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$222 (R\$269 em 30 de junho de 2016).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2018	2019	2020	Após 2020	Subtotal	
CDI	921.416	-	-	-	-	-	921.416
IPCA	70.516	362.179	362.179	362.179	961.853	2.048.390	2.118.906
(-) Custos de emissão a amortizar	(245)	(106)	(211)	(211)	(793)	(1.321)	(1.566)
	991.687	362.073	361.968	361.968	961.060	2.047.069	3.038.756

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data da emissão	15 de dezembro de 2010	15 de outubro de 2012
Emissão/preço	Emissão de 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série - valor total de R\$815.000	Emissão de 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série - valor total de R\$2.160.000
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados
Garantias	Não há garantias	Não há garantias
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Prazo e data de vencimento	2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017)	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017) 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020) 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024)
Códigos dos Ativos	TAES12 / TAES22 / TAES42	TAE13 / TAE23 / TAE33
Atualização monetária	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas	1ª série: não será atualizada 2ª e 3ª séries: atualizadas pelo IPCA
Remuneração	1ª série: CDI + 1,40% 2ª série: CDI + 1,60% 4ª série: CDI + 1,60%	1ª série: CDI + 0,78% 2ª série: IPCA + 4,85% 3ª série: IPCA + 5,10%
Data de pagamento dos juros	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data de aprovação em AGE	30 de novembro de 2010.	3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021. 17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos foram transferidos para a Taesa no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Tais recursos foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelas concessões da Taesa (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, no valor de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos foram transferidos para a Taesa nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, no valor de R\$2.174.389 (valor já corrigido desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados, que em conjunto com os recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral da 4ª e 5ª emissões das notas promissórias, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

Os contratos da 2ª e 3ª emissões de debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Adicionalmente, em caso de decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em moeda, haverá antecipação de vencimento das debêntures.

Somente a 2ª emissão possui cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado, que exige a manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não superior a 3,5. Esse índice é verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas normas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, publicadas em 16 março de 2010.

Em 30 de junho de 2017, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Mutação das provisões	31/12/2016	Adições	Baixa	Reversões (a)	30/06/2017
Trabalhistas	1.858	57	-	(248)	1.667
Tributários	737	9	-	-	746
Cíveis	5.644	20	(61)	(51)	5.552
Controladora	8.239	86	(61)	(299)	7.965
Trabalhistas	62	-	-	(10)	52
Cíveis	1.312	1.194	-	-	2.506
Consolidado	9.613	1.280	(61)	(309)	10.523

Mutação das provisões	31/12/2015	Adições	Baixa	Reversões (a)	31/12/2016
Trabalhistas	291	1.944	(265)	(112)	1.858
Tributários	737	-	-	-	737
Cíveis	32	5.614	-	(2)	5.644
Controladora	1.060	7.558	(265)	(114)	8.239
Trabalhistas	-	82	(5)	(15)	62
Cíveis	-	1.312	-	-	1.312
Consolidado	1.060	8.952	(270)	(129)	9.613

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos tributários, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante possuindo depósito judicial no valor de R\$1.983 contabilizados no ativo em 30 de junho de 2017. Os saldos referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de servidão administrativa, reclamação de horas extras, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Passivos contingentes

	30/06/2017				31/12/2016			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	3.969	184.232	15.025	203.226	4.100	185.789	15.069	204.958
ATE III	160	6.994	-	7.154	160	6.951	-	7.111
	4.129	191.226	15.025	210.380	4.260	192.740	15.069	212.069

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos tributários como segue:

Taesa-TSN - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$23.848 em 30 de junho de 2017 (R\$25.797 em 31 de dezembro de 2016).

Taesa-Novatrans - processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando R\$5.289 em 30 de junho de 2017 (R\$5.079 em 31 de dezembro de 2016).

Taesa-ETEO - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.882 em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016. O principal processo administrativo tributário é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010. Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 10 de junho de 2014, autos encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Taesa-NTE - processos administrativos tributários, manifestações de inconformidade, ação anulatória de débito tributário e execuções fiscais às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, IRRF, CSRF e CSLL, totalizando R\$9.476 em 30 de junho de 2017, sendo o valor de R\$5.448, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$9.659 e R\$5.448, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Taesa-ATE - manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.150 em 30 de junho de 2017, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$3.855 em 31 de dezembro de 2016).

Taesa-STE - processos administrativos tributários, manifestações de inconformidade e execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$9.731, sendo o valor de R\$3.047 em 30 de junho de 2017 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$9.761 e R\$3.047 em 31 de dezembro de 2016).

Taesa-ATE II - processos administrativos tributários, ações declaratórias e manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.710 em 30 de junho de 2017, sendo R\$2.465 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$3.412 e R\$2.465 em 31 de dezembro de 2016).

Taesa-ATEII/TSN - auto de infração expedido pela ANEEL nº 0027/2015, oriundo da fiscalização realizada a fim de verificar causas e consequências na LT Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí devido às falhas básicas provocadas por queimadas na faixa de servidão, no montante de R\$2.401 em 30 de junho de 2017 (R\$2.401 em 31 de dezembro de 2016).

ATE III - processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$5.183 em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. A ATE III figura no polo passivo de processo administrativo tributário que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL e IRPJ, impactando em R\$1.117 o passivo contingente da Companhia.

Outros assuntos relevantes:

Fiscalização Ágio Atlântico/Alterosa - Em 31 de maio de 2017, a Taesa recebeu a Carta nº 023/2017-Demec/RJO/Dipac/PAPB, por meio da qual a Receita Federal do Brasil solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões nos montantes de R\$98.621 e R\$108.036 registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014 e 2015. A Companhia apresentará, tempestivamente, manifestação atendendo às exigências da Receita Federal do Brasil.

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. O Convênio ICMS 117/04 do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua cláusula primeira, cita que fica atribuída ao consumidor de energia elétrica, conectado à rede básica a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pela conexão e uso dos sistemas de transmissão na entrada de energia elétrica no seu estabelecimento. A Administração entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remoto, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada, e em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
IRPJ e CSLL correntes	(49.531)	(4.383)	(87.808)	(101.244)
IRPJ e CSLL diferidos	57.043	(8.394)	48.483	34.479
	7.512	(12.777)	(39.325)	(66.765)

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
IRPJ e CSLL correntes	(46.756)	(3.393)	(83.820)	(99.111)
IRPJ e CSLL diferidos	58.446	(5.827)	50.438	45.354
	11.690	(9.220)	(33.382)	(53.757)

	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Resultado antes dos impostos	64.522	219.984	312.726	527.657
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(21.938)	(74.795)	(106.327)	(179.404)
Equivalência patrimonial	1.271	17.810	19.062	43.884
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	2.195	524	18.129	22.447
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	575	1.279	729	1.370
JCP pago	26.560	43.654	26.560	43.654
Outros	(1.151)	(1.249)	2.522	1.284
Despesa de IRPJ e CSLL	7.512	(12.777)	(39.325)	(66.765)
Alíquota efetiva	12%	6%	13%	13%

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Lucro antes dos impostos	60.344	216.427	306.783	514.649
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(20.515)	(73.585)	(104.306)	(174.981)
Equivalência patrimonial	7.603	22.354	33.022	57.446
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(1.454)	(1.690)	11.686	17.758
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	575	1.279	729	1.370
JCP pago	26.560	43.654	26.560	43.654
Outros	(1.079)	(1.232)	1.573	996
Despesa de IRPJ e CSLL	11.690	(9.220)	(33.382)	(53.757)
Alíquota efetiva	19%	4%	11%	10%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada ATE III possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Taesa				
TSN	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016 (*)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Patesa	SUDENE	100/2016	RN	31/12/2025 (**)
Controlada				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

(*) A renovação do benefício fiscal está em fase de assinatura nos órgãos autorizativos.

(**) Benefício aprovado pela SUDENE através do Laudo nº 100/2016 e protocolado na Receita Federal em 3 de outubro de 2016. Devido ao decurso do prazo para manifestação pela Receita Federal, a Patesa obteve o reconhecimento tácito do incentivo fiscal, reconhecendo os efeitos do benefício em julho de 2017.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de junho de 2017 é de aproximadamente 44,75% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e sua controlada ATE III não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos tinham validade até o ano 2013, com as mesmas obrigações e restrições dos laudos constitutivos acima. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, por meio de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

2º aditamento do acordo de acionistas - Em 30 de junho de 2016, foi celebrado o 2º aditamento do acordo de acionistas da Companhia, conforme previsto no termo de compromisso firmado em 31 de maio de 2016, entre a CEMIG e o FIP Coliseu. Dentre as alterações realizadas ao acordo

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de acionista, destacam-se as seguintes: (i) 75.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo COLISEU; (ii) 77.525.322 de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela CEMIG; e (iii) 155.050.644 de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela CEMIG.

Conversão de ações do FIP Coliseu - A RCA, iniciada no dia 20 de setembro de 2016 e finalizada no dia 29 de setembro de 2016, homologou a conversão de 50.000.000 ações ordinárias, detidas pelo FIP Coliseu, em igual número de ações preferenciais, nos termos do Artigo 6º, parágrafo terceiro, do Estatuto Social da Companhia, e autorizar: (i) a emissão de 25.000.000 novos Certificados de Depósito de Ações (*Units*) da Taesa, em favor do FIP Coliseu, e (ii) a emissão de 40.702.230 novas Units da Taesa, em favor da CEMIG.

Liquidação da Oferta Pública Secundária - Compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de Units de titularidade do FIP Coliseu e 40.702.230 (quarenta milhões, setecentas e duas mil, duzentas e trinta) de Units de titularidade da CEMIG, a um preço por Unit de R\$19,65 (dezenove reais e sessenta e cinco centavos). Não houve ingresso de recursos para a Companhia, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos resultantes da venda das Units e serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos e despesas incorridos com a Oferta.

Com a liquidação da Oferta em 24 de outubro de 2016, o FIP Coliseu passou a ser titular de 153.775.790 ações ordinárias, representativas de 26,0% do capital social votante da Companhia e 14,9% do capital social total da Companhia, e a CEMIG passou a ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 42,7% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Companhia, que somadas às ações ordinárias, representam 31,5% do capital social total da Companhia. As Units em circulação (excluídas as Units detidas pelo FIP Coliseu, pela CEMIG e pelos administradores da Companhia) passaram a compor 53,6% do capital social total da Companhia e 31,2% do capital social votante da Companhia.

Cisão Parcial do FIP Coliseu - No dia 31 de outubro de 2016, ocorreu a cisão parcial do FIP Coliseu e transferência de 10.405.879 ações ordinárias para o FIA Taurus, novo fundo de investimentos constituído para atender à necessidade de reenquadramento por determinado cotista do FIP Coliseu aos limites impostos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. O FIA Taurus foi incluído ao Acordo de Acionistas e tem como único cotista a Forluz, que também é cotista do FIP Coliseu. Desta forma, o FIP Coliseu passou a deter 13,87% e o FIA Taurus 1,01% do capital total da Taesa. O FIP Coliseu, como acionista controlador da Taesa ao lado da CEMIG, representa o FIA Taurus no exercício de todos os seus direitos sob o Acordo de Acionistas, sendo estes fundos considerados como um único acionista para todos os fins do acordo, inexistindo, portanto, transferência de controle da Taesa com a constituição do FIA Taurus, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 484/2012.

Alienação de Ações de Emissão da Taesa de Propriedade do FIP Coliseu e do FIA Taurus - Em 27 de dezembro de 2016 o Fundo de Investimento em Participações Coliseu e o Fundo de Investimento em Ações Taurus (em conjunto, "Vendedores"), notificaram a Companhia que, nesta data, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("Contrato" e "Compradora", respectivamente) para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da Companhia, representando, em conjunto, 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total da Companhia, pelo valor total de R\$1.055.932. Em 13 de junho de 2017, as ações foram transferidas à ISA Investimentos e Participações do Brasil, pelo valor total de R\$1.018.763, conforme ajustes ao preço de compra previstos no Contrato. Com isso, a ISA Investimentos e Participações do Brasil, passou a deter a mesma participação antes detida pelos Vendedores no capital social da Taesa e a aderir irrestritamente ao Acordo de Acionistas da Taesa, mediante assinatura de Termo de Adesão nessa data, substituindo integralmente os Vendedores e sendo mantidos exatamente os

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

mesmos direitos e obrigações anteriormente atribuídos aos Vendedores. Com a conclusão da operação, a Taesa passa a ter a seguinte composição acionária:

Composição acionária em 30 de junho de 2017								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle (*)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA	153.775.790	26,1	-	-	153.775.790	14,9	153.775.790	41,6
CEMIG	252.369.999	42,7	73.646.184	16,6	326.016.183	31,5	215.546.907	58,4
Free Float	184.568.280	31,2	369.136.468	83,4	553.704.748	53,6	-	-
	590.714.069	100	442.782.652	100	1.033.496.721	100	369.322.697	100

Composição acionária em 31 de dezembro de 2016								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle (*)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	143.369.911	24,3	-	-	143.369.911	13,9	143.369.911	38,8
FIA Taurus	10.405.879	1,8	-	-	10.405.879	1,0	10.405.879	2,8
CEMIG	252.369.999	42,7	73.646.184	16,6	326.016.183	31,5	215.546.907	58,4
Free Float	184.568.280	31,2	369.136.468	83,4	553.704.748	53,6	-	-
	590.714.069	100	442.782.652	100	1.033.496.721	100	369.322.697	100

(*) Existem 36.823.092 ações ordinárias que não estão no bloco de ações porque estão em garantia nas obrigações assumidas pela CEMIG na operação envolvendo o Redentor Fundo de Investimento em Participações.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$11.686 nos seis meses findos em 30 de junho de 2017 e R\$35.361 nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2016, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal utilizado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2017, foi de R\$207.819.

e) Remuneração aos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Destinação do lucro do exercício – ratificada pela AGO de 28/04/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	862.066
Reserva legal (5%)	(43.103)
Reserva de incentivo fiscal	(35.361)
Lucro líquido do exercício ajustado	783.602
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,37910 por ação ordinária e preferencial em 2016 e R\$0,39908 por ação ordinária e preferencial em 2015 - em R\$)	391.801
Dividendos intercalares pagos (R\$0,29892 por ação ordinária e preferencial em 2016 e R\$0,24294 por ação ordinária e preferencial em 2015 - em R\$)	(308.930)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,29023 por ação ordinária e preferencial em 2016 e R\$0,23672 por ação ordinária e preferencial em 2015 - em R\$)	(299.954)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	(608.884)
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	35.501
Dividendos adicionais propostos (R\$0,16906 por ação ordinária e preferencial em 2016 e R\$0,31220 por ação ordinária e preferencial em 2015 - em R\$)	(573.383)
<u>Resumo das destinações:</u>	
Reservas	(78.464)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,75820 por ação ordinária e preferencial em 2016 e R\$0,79816 por ação ordinária e preferencial em 2015 - em R\$)	(783.602)
	(862.066)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (a)	Indenização integral	Prêmio
Taesa e controladas						
Responsabilidade Civil Geral	Tokyo Marine	19/09/16 a 19/09/17	10.000	-	-	115
Risco Operacional	Fator	18/11/16 a 18/11/17	-	1.251.576	-	2.805
Seguro Veículos - Frota	Sompo	23/12/16 a 23/12/17	-	-	100% Tabela FIPE	76
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Liberty Seguros	18/09/16 a 18/09/17	15.000	-	-	27

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Seguro garantia de fiel cumprimento

A controladas MAR, MIR e JAN contrataram seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
MAR	03/2013	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 01/07/2017	5.350
MIR	03/2015	Austral Seguradora S.A	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548
JAN	03/2015	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Os seguros do Grupo Taesa não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

18.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

18.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
- Caixa e bancos	494	495	435	442
Empréstimos e recebíveis				
- Equivalentes de caixa	84.025	101.010	68.715	99.857
- Títulos e valores mobiliários	643.806	265.414	598.993	210.371
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	188.678	187.090	175.402	177.735
- Ativo financeiro de concessão	5.529.472	5.917.330	4.815.136	5.208.215
	6.446.475	6.471.339	5.658.681	5.696.620
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
- Empréstimos e financiamentos	322.312	317.112	322.312	317.112
- Instrumentos financeiros derivativos	36.792	45.475	36.792	45.475
Outros passivos financeiros ao custo amortizado				
- Fornecedores	13.648	36.991	12.075	28.399
- Empréstimos e financiamentos	51.559	56.082	38.090	41.388
- Debêntures	3.038.756	2.917.263	3.038.756	2.917.263

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	96.058	104.793	89.893	98.185
	3.559.125	3.477.716	3.537.918	3.447.822

18.4 Risco de mercado**18.4.1 Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía 9,4% (R\$322.312) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

18.4.2 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

18.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nocional) em 30/06/2017	-	US\$ 94.340
Valor de referência (nocional) em 31/12/2016	-	US\$ 94.340
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) (⁽¹⁾ 1,17647)	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) (⁽¹⁾ 1,17647)
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	103,50% CDI	114,0% CDI
Vencimento em	11/04/2016	20/09/2019

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Ponta ativa	-	322.312
Ponta passiva	-	(359.104)
"Swap" ativo (passivo) em 30/06/2017 ⁽²⁾	-	(36.792)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2016 ⁽²⁾	-	(45.745)
Valor a receber (a pagar) em 30/06/2017	-	(36.792)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2016	-	(45.745)
Valor justo em 30/06/2017	-	(36.792)
Valor justo em 31/12/2016	-	(45.475)
Ganhos (perdas) 01/04/2017 à 30/06/2017	-	9.069
Ganhos (perdas) 01/04/2016 à 30/06/2016	-	(47.722)
Ganhos (perdas) 01/01/2017 à 30/06/2017	-	(8.142)
Ganhos (perdas) 01/01/2016 à 30/06/2016	(48.079)	(74.070)

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial.

18.6 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 30/06/2017 anualizado
CDI (i)	7,75%	9,69%	11,63%	11,72%
IPCA (i)	3,10%	3,88%	4,65%	2,38%
Libor (ii)	1,3106%	1,6382%	1,9658%	1,3007%
PTAX - Dólar (i)	3,4000	4,2500	5,1000	3,3082

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 28 de julho de 2017.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 28 de julho de 2017.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/06/2017	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a junho de 2017 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	727.831	(13.567)	(6.917)	(325)
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	921.416	17.176	8.756	412
- IPCA	2.118.906	(7.373)	(15.314)	(23.225)
		9.803	(6.558)	(22.813)
Sem proteção				

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/06/2017	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a junho de 2017 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<i>Controladora</i>				
<i>Ativos financeiros</i>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	667.708	(12.446)	(6.345)	(299)
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	921.416	17.176	8.756	412
- IPCA	2.118.906	(7.373)	(15.314)	(23.225)
		9.803	(6.558)	(22.813)
Com proteção				
<i>Controladora e consolidado</i>				
<i>Passivos financeiros (dívida protegida)</i>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Libor	322.312	(1.056)	(2.376)	(3.696)
- Dólar	322.312	(8.944)	(91.758)	(174.572)
<i>Derivativos</i>				
Ponta ativa - Libor	(322.312)	1.056	2.376	3.696
Ponta ativa - Dólar	(322.312)	8.944	91.758	174.572
Ponta passiva - CDI	359.104	6.694	3.413	161
Efeito líquido		6.694	3.413	161

18.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

18.8 Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas: (i) gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento e (ii) possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	3	5	1.056.807	1.491.949	1.430.927	3.979.691
Prefixada	874	1.734	7.729	27.131	18.152	55.620
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.157	27.779	46.045	-	83.981
Consolidado	877	11.896	1.092.315	1.565.125	1.449.079	4.119.292
Pós-fixada	3	5	1.056.807	1.491.949	1.430.927	3.979.691
Prefixada	641	1.272	5.668	19.869	13.772	41.222
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.157	27.779	46.045	-	83.981
Controladora	644	11.434	1.090.254	1.557.863	1.444.699	4.104.894

18.9 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

18.10 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 30 de junho de 2017.

18.10.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016	Hierarquia do valor justo
Consolidado e Controladora				
Empréstimos e financiamentos	12	322.312	317.112	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	12	36.792	45.475	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		359.104	362.587	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

18.10.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	30/06/2017		31/12/2016		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	6	5.529.472	5.960.654	5.917.330	6.351.324	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	13	3.038.756	2.927.833	2.917.263	2.760.936	Nível 2
Controladora						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	6	4.815.136	5.230.434	5.208.215	5.636.771	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	13	3.038.756	2.927.833	2.917.263	2.760.936	Nível 2

Técnicas de avaliação e informações usadas

Ativo financeiro de concessão: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro de concessão mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana, taxa livre de risco e o risco Brasil, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Resultado do período	72.034	207.207	273.401	460.892
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	41.172	128.458	156.267	285.729
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	640.714	590.714	640.714
Resultado do período proporcional às ações preferenciais (3)	30.862	78.749	117.134	175.163

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	392.783	442.783	392.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	0,06970	0,20049	0,26454	0,44595
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	0,06970	0,20049	0,26454	0,44595

(*) Quantidade em lotes de 1000 ações.

(**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Remuneração do ativo financeiro de concessão	150.084	163.493	304.925	327.824
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	(87.521)	84.449	(25.881)	242.326
Operação e manutenção	137.468	124.234	274.900	248.468
Receita de construção	3.554	3.414	18.974	2.874
Parcela variável (a)	(6.396)	(17.416)	(7.568)	(20.398)
Outras receitas	2.508	2.282	4.813	4.534
Receita operacional bruta	199.697	360.456	570.163	805.628
PIS e COFINS correntes	(23.141)	(21.419)	(45.504)	(41.812)
PIS e COFINS diferidos	13.218	3.208	17.942	2.451
ISS	(45)	(36)	(74)	(75)
Encargos setoriais (b)	(20.458)	(18.852)	(40.936)	(37.862)
Deduções da receita	(30.426)	(37.099)	(68.572)	(77.298)
Receita operacional líquida	169.271	323.357	501.591	728.330

Composição da receita operacional líquida	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Remuneração do ativo financeiro de concessão	138.021	151.930	280.931	304.895
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	(91.974)	73.039	(36.318)	212.146
Operação e manutenção	127.033	114.689	254.031	229.378
Receita (reversão) de construção	1.140	208	4.862	(707)
Parcela variável (a)	(6.749)	(6.419)	(7.874)	(9.237)
Outras receitas	2.518	2.497	4.790	4.968
Receita operacional bruta	169.989	335.944	500.422	741.443
PIS e COFINS correntes	(20.215)	(18.862)	(39.969)	(36.705)
PIS e COFINS diferidos	12.707	3.492	17.496	3.562
ISS	(45)	(36)	(74)	(75)
Encargos setoriais (b)	(19.191)	(17.834)	(38.402)	(35.719)
Deduções da receita	(26.744)	(33.240)	(60.949)	(68.937)
Receita operacional líquida	143.245	302.704	439.473	672.506

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Receita operacional bruta	199.697	360.456	570.163	805.628
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	190.740	(33.250)	233.728	(117.591)
Receita operacional bruta tributável	390.437	327.206	803.891	688.037

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Receita operacional bruta	169.989	335.944	500.422	741.443
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	193.313	8.967	240.780	(55.099)
Receita operacional bruta tributável	363.302	344.911	741.202	686.344

21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Remuneração direta	(15.744)	(16.915)	(31.320)	(32.638)
Benefícios	(6.193)	(7.235)	(15.195)	(13.471)
FGTS e INSS	(5.739)	(6.474)	(11.618)	(12.638)
Pessoal	(27.676)	(30.624)	(58.133)	(58.747)
Materiais e serviços de engenharia	(6.732)	(4.695)	(27.479)	(4.256)
Serviços de terceiros	(12.875)	(10.417)	(21.898)	(17.318)
Depreciação e amortização	(809)	(640)	(1.624)	(1.785)
Outros custos operacionais	(7.337)	(9.510)	(11.838)	(13.984)
Total custos e despesas	(55.429)	(55.886)	(120.972)	(96.090)

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Remuneração direta	(15.287)	(16.447)	(30.301)	(31.889)
Benefícios	(5.829)	(7.109)	(14.444)	(13.245)
FGTS e INSS	(5.556)	(6.278)	(11.208)	(12.326)
Pessoal	(26.672)	(29.834)	(55.953)	(57.460)
Materiais e serviços de engenharia	(3.710)	(1.449)	(12.982)	(429)
Serviços de terceiros	(12.036)	(9.960)	(20.383)	(16.135)
Depreciação e amortização	(809)	(640)	(1.624)	(1.785)
Outros custos operacionais	(7.086)	(9.355)	(11.203)	(13.637)
Total custos e despesas	(50.313)	(51.238)	(102.145)	(89.446)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão.

Outros custos operacionais: custos com aluguéis, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens.

Despesas com serviços de terceiros: despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de bens, aluguéis, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Rendimentos de aplicação financeira	18.595	13.655	34.088	26.089
Receitas financeiras	18.595	13.655	34.088	26.089
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Juros incorridos	(3.288)	(2.896)	(6.270)	(5.963)
- Variação cambial	(16.085)	34.726	(3.406)	74.413
- Ajuste ao valor justo	837	4.663	(1.823)	11.046
	(18.536)	36.493	(11.499)	79.496
<i>Debêntures</i>				
- Juros incorridos	(50.284)	(65.983)	(104.595)	(127.824)
- Variações monetárias	(9.959)	(34.572)	(29.923)	(88.661)
	(60.243)	(100.555)	(134.518)	(216.485)
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>				
- Juros incorridos	(7.272)	(10.998)	(16.803)	(20.393)
- Variação cambial	16.085	(34.726)	3.406	(74.413)
- Ajuste ao valor justo	256	(1.998)	5.255	(27.343)
	9.069	(47.722)	(8.142)	(122.149)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(69.710)	(111.784)	(154.159)	(259.138)
<i>Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas</i>	(1.947)	(1.738)	(3.887)	(605)
Despesas financeiras	(71.657)	(113.522)	(158.046)	(259.743)
	(53.062)	(99.867)	(123.958)	(233.654)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Juros incorridos	(60.844)	(79.877)	(127.668)	(154.180)
Variação monetária	(9.959)	(34.572)	(29.923)	(88.661)
Ajuste ao valor justo	1.093	2.665	3.432	(16.297)
	(69.710)	(111.784)	(154.159)	(259.138)

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Rendimentos de aplicação financeira	16.514	12.531	29.957	22.057
Receitas financeiras	16.514	12.531	29.957	22.057
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Juros incorridos	(3.202)	(2.795)	(6.094)	(5.757)
- Variação cambial	(16.085)	34.726	(3.406)	74.413
- Ajuste ao valor justo	837	4.663	(1.823)	11.046
	(18.450)	36.594	(11.323)	79.702
<i>Debêntures</i>				
- Juros incorridos	(50.284)	(65.983)	(104.595)	(127.824)
- Variações monetárias	(9.959)	(34.572)	(29.923)	(88.661)
	(60.243)	(100.555)	(134.518)	(216.485)
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>				
- Juros incorridos	(7.272)	(10.998)	(16.803)	(20.393)
- Variação cambial	16.085	(34.726)	3.406	(74.413)
- Ajuste ao valor justo	256	(1.998)	5.255	(27.343)
	9.069	(47.722)	(8.142)	(122.149)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(69.624)	(111.683)	(153.983)	(258.932)
<i>Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas</i>	(1.846)	(1.634)	(3.643)	(494)
Despesas financeiras	(71.470)	(113.317)	(157.626)	(259.426)
	(54.956)	(100.786)	(127.669)	(237.369)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Juros incorridos	(60.758)	(79.776)	(127.492)	(153.974)
Varição monetária	(9.959)	(34.572)	(29.923)	(88.661)
Ajuste ao valor justo	1.093	2.665	3.432	(16.297)
	(69.624)	(111.683)	(153.983)	(258.932)

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 30 de junho de 2017, 89% (88% em 31 de dezembro de 2016) do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas ATE III, MIR e JAN participavam do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11.

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE (manutenção de parte da LT e da SE Açailândia) e ENTE (manutenção da SE de Açailândia e da LT), ETSE e BRAS.
Realizada pela Eletronorte	EATE (operação de toda a concessão e manutenção de parte da LT e das SE's), ENTE (SE's Tucuruí e Marabá e a operação de toda concessão), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela CEMIG GT	ESDE e SGT

Compensação ambiental

Os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

Arrendamento operacional

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no período findo em 30 de junho de 2017 no montante de R\$1.354 e R\$677 no período de 1º de abril à 30 de junho de 2016 (R\$1.354 em 30 de junho de 2017 e R\$677 no período de 1º de abril à 30 de junho de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2016). O contrato de aluguel é pago em reais, e só será reajustado em 1º de janeiro de 2019. Em 11 de dezembro de 2015, após a renegociação, o contrato de locação passou a ter o prazo de 120 meses, com vencimento em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir os pagamentos mínimos futuros:

Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2.911	18.676	8.528	30.115

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas					
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021	
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014	(a)
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	(b)
	Goianinha - Mussurê (Concessão Gtesa)	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2015-093170/TEC/RLO-0872	28/04/2016	28/04/2019	
	SE Norfil (Concessão Gtesa)	198/2017	31/01/2017	31/01/2019	
	Seccionamento Paraíso-Açú Lagoa Nova II (Patesa)	2014-072326 TEC/LS 0062	30/09/2016	19/08/2020	
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	
	Xingó - Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	01845/2017-DL	31/03/2017	31/03/2022	
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	(a)
	Marabá - Carajás	10275/2016	28/12/2016	17/12/2021	

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.

(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.

Aprovação de licenciamento prévio ambiental MAR - A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD emitiu em 6 de março de 2017 a Licença Prévia nº 001/2017 do empreendimento LT 500kV - Itabirito II - Vespasiano II com validade de 5 anos (vencimento em 21 de fevereiro de 2022).

Aspectos ambientais MIR - Os estudos ambientais foram protocolados no órgão ambiental licenciador, o Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, no dia 27 de janeiro de 2017. Em 15 de maio de 2017 foram emitidas as LIs da SE Miracema e SE Lajeado e em 4 de julho de 2017 da LT 230 kV. Atualmente estão sendo realizadas as ações para emissão da LP da LT 500 kV, LI

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

da SE Palmas e ASV. Simultaneamente estão sendo realizadas as devidas tratativas com o IPHAN e a FUNAI, órgãos intervenientes no processo de licenciamento. A previsão para a solicitação da Licença de Operação (LO) é agosto de 2019.

Pedido de análise prévia para registro de oferta pública - Em 11 de maio de 2017, foi submetido à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") pedido de análise prévia para registro de oferta pública, sob o regime de garantia firme de colocação, de, inicialmente, 575.000 (quinhentas e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª (quarta) emissão da Companhia, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$575.000, em 2 (duas) séries, alocadas da seguinte forma, sem considerar as debêntures suplementares que venham a ser emitidas nos termos do artigo 24 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e as debêntures adicionais que venham a ser emitidas nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400: (1) 255.000 (duzentos e cinquenta e cinco mil) debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e (2) 320.000 (trezentas e vinte mil) debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures"), a ser realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", vigente desde 1º de abril de 2015, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", vigente desde 1º de agosto de 2016, e do Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA, em 20 de agosto de 2008, conforme alterado, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e, exclusivamente para as Debêntures da Primeira Série, com os benefícios tributários de que trata o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), sob a coordenação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", dentre os quais a instituição intermediária líder), podendo, ainda, contar com a participação de determinadas instituições financeiras, que não se enquadrem como Coordenadores, autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, para os assessorarem e/ou participarem da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores e clientes, convidadas pelos Coordenadores a participar da Oferta ("Oferta"). A realização da Oferta e da emissão foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, em reunião realizada em 20 de março de 2017, na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A Oferta somente terá início após: (a) a concessão de seu registro pela CVM; (b) a divulgação do anúncio de início da Oferta, e (c) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400. Adicionalmente, a realização da Oferta estará sujeita a, entre outros fatores, condições de mercado. Oportunamente será publicado aviso ao mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, contendo informações sobre: (a) as características da Oferta; (b) os locais para obtenção do prospecto preliminar da Oferta; (c) as datas estimadas e locais de divulgação da Oferta; e (d) as condições, o procedimento e a data para realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (Procedimento de Bookbuilding). Em 30 de maio de 2017, foi aprovada, perante a ANBIMA, a prorrogação, por até 30 (trinta) dias úteis, do prazo de análise do pedido de registro da oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, da Companhia ("Oferta"), em virtude das condições atuais dos cenários político e de mercado de capitais nacionais. Em 12 de julho de 2017, foi aprovada, perante a ANBIMA, uma interrupção de até 60 (sessenta) dias úteis (vide nota explicativa nº 26).

Eleição do novo diretor jurídico e regulatório - A RCA realizada no dia 22 de junho de 2017, destituiu o Sr. Luciano de Araujo Ferraz do cargo de Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia,

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

com efeitos em 1º de julho de 2017, e o Sr. Raul Lycurgo Leite foi eleito para ocupar o referido cargo, igualmente com efeitos em 1º de julho de 2017. O mandato do novo Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia se estenderá até a primeira reunião do Conselho de Administração convocada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2019.

Programa de desinvestimentos da Cemig - No dia 1º de junho de 2017, a Cemig divulgou seu programa de desinvestimentos durante o "XXII Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais", evento público e com ampla divulgação. Os critérios levados em conta para priorização foram: (a) ativos com maior liquidez; (b) ativos que não trazem retorno de curto prazo; e (c) ativos não estratégicos e/ou com participações pouco relevantes. No dia 10 de julho de 2017, foi comunicado ao mercado um sumário atualizado do referido programa, onde a Taesa foi classificada no grupo de ativos com maior liquidez, enquanto o status encontra-se em fase de seleção de corretora e negociações societárias.

Solicitação de pagamento referente ao vencimento antecipado de Carta de Fiança Bancária - Em 29 de junho de 2017, a Companhia interpôs Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial em face ao Banco Votorantim, solicitando o pagamento do montante de R\$30.000, referente ao vencimento antecipado da Carta de Fiança emitida pela instituição bancária, em razão da não renovação da garantia pela Abengoa. Tal ação decorre de previsão contratual citada no Instrumento de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Taesa e a Abengoa. Tendo em vista a não renovação da Garantia, todos os valores cobrados com base no Instrumento de Compra e Venda, não possuem garantia.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reestruturação societária das Transmineiras - O Conselho de Administração da Cemig aprovou os termos da reestruturação societária que envolve a transferência, para a Taesa, das participações acionárias no capital social das seguintes concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica: Transleste, Transudeste e Transirapé (todas, em conjunto, denominadas "Transmineiras").

Status da Transferência	
Aprovação do Conselho de Administração da Cemig	03/07/2017
Aprovação do Conselho de Administração da Taesa	12/07/2017
Celebração do instrumento relativo aos termos da reestruturação societária	13/07/2017
A AGE da Taesa ratificou a celebração dos instrumentos necessários a efetivação da transferência	02/08/2017

O valor inicial da operação é de R\$76.710 que será pago na data de seu fechamento. Esse valor será corrigido pela: (i) variação acumulada do IPCA a partir de 1º de janeiro de 2017, inclusive, até o dia imediatamente anterior à data de assinatura do instrumento da Reestruturação Societária; e (ii) pela variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI a partir da data de assinatura, inclusive, até o dia útil imediatamente anterior à data do fechamento, descontados os valores dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados a partir de 1º de janeiro de 2017 (inclusive) pelas Transmineiras em favor da Cemig pagos ou não até a data do fechamento da Operação, devidamente corrigidos pela variação acumulada do IPCA entre a data do respectivo pagamento e o dia útil imediatamente anterior à data do fechamento.

Poderá ser devido, ainda, pela Companhia à Cemig, uma parcela adicional de preço, no valor máximo de R\$11.786, caso as Transmineiras obtenham decisão favorável em determinados processos judiciais que se encontram em curso, conforme condições estabelecidas no instrumento da Reestruturação Societária. Este valor será devidamente corrigido pela variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI a partir de 1º de janeiro de 2017 (inclusive) até o dia útil imediatamente anterior ao pagamento.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Operação também será submetida à aprovação dos órgãos de defesa da concorrência (CADE) e da ANEEL, no prazo e forma assinalados pela respectiva legislação de regência, estando sua conclusão sujeita, ainda, à obtenção das demais aprovações prévias pertinentes, nas quais se incluem a anuência dos credores e bancos financiadores.

Interrupção do prazo de análise do pedido de registro de oferta pública – Em continuação ao fato relevante divulgado pela Companhia em 30 de maio de 2017, em 12 de julho de 2017, foi aprovada, perante a ANBIMA, a interrupção por até 60 (sessenta) dias úteis, do prazo de análise do pedido de registro da oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, da Companhia ("Oferta"), em virtude das condições atuais do mercado de capitais nacional.

Recomposição do comitê de auditoria – No dia 12 de julho de 2017, o Conselho de Administração deliberou a recomposição do Comitê de Auditoria da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizar em 2018, conforme abaixo:

Comitê de Auditoria	
Paulo de Moura Ramos	Cesar Augusto Ramirez Rojas
Jorge Raimundo Nahas	Andrés Baracaldo Sarmiento
João Paulo Dionísio Campos	Gustavo Carlos Marin Garat
Onofre Perez Filho	Hermes Jorge Chipp

Recomposição do Conselho Fiscal – A AGE realizada no dia 26 de julho de 2017, deliberou a recomposição do Conselho Fiscal da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2018.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Presidente
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antonio Resende Faria	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (CEMIG)	João Paulo Dionisio Campos (CEMIG)
Luiz Felipe Veloso (CEMIG)	Eduardo Lucas Silva Serrano (CEMIG)
Lucas Loureiro Ticle (CEMIG)	Virginia Kirchmeyer Vieira (CEMIG)
Paulo de Moura Ramos (CEMIG)	Luiz Antonio Vicentini Jorente (CEMIG)
Onofre Perez Filho (CEMIG)	Paulo Henrique Rodrigues Coimbra (CEMIG)
Bernardo Vargas Gibsone (ISA)	César Augusto Ramírez Rojas (ISA)
Santiago Javier Montenegro Trujillo (ISA)	Andrés Baracaldo Sarmiento (ISA)
Hermes Jorge Chipp (ISA)	Gustavo Carlos Marin Garat (ISA)
Fernando Bunker Gentil (ISA)	Fernando Augusto Rojas Pinto (ISA)
Jorge Raimundo Nahas (Independente)	Stênio Petrovich Pereira (Independente)
Celso Maia de Barros (Independente)	Robert Patrick Panero (Independente)

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Marília Carvalho de Melo (CEMIG)	Francisco Luiz Moreira Penna (CEMIG)
Ademir Lucas Gomes (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	João Henrique de Souza Brum (ISA)
Susana Furquim Xavier Couto (ISA)	Manoel Carlos Visentin Coronado (ISA)
Alexandre Pedercini Issa (Minoritários)	Ronald Gastão Andrade Reis (Minoritários)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim financial reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de seis meses findos naquela data, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 10 de março de 2017 e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 08 de agosto de 2016, ambos sem modificação.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2017, findo em 30 de junho de 2017, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017.

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Presidente, Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Diretor Técnico

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico e Regulatório

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 2º trimestre de 2017, findo em 30 de junho de 2017, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017.

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Presidente, Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Diretor Técnico

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico e Regulatório